

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARLY MALTA MILHOME

**O ENSINO À DISTÂNCIA NO BRASIL: UM FORMA DE UNIVERSALIZAR
O ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

CURITIBA

2014

MARLY MALTA MILHOME

**O ENSINO À DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA FORMA DE
UNIVERSALIZAR O ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico. Curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico: O Ensino à Distância no Brasil: Uma Forma de Universalizar o Acesso à Educação de Qualidade.

Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Nuria Pons Vilardell Camas

CURITIBA

2014

Dedico este trabalho à minha mãe, pela vida e pela educação que me foi dada e ao meu esposo, pelo apoio prestado ao longo desta jornada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. CONCEITUAÇÃO E HISTÓRIA DO ENSINO À DISTÂNCIA.....	11
1.1. CONCEITUAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA.....	11
1.2. HISTÓRIA DO EAD NO MUNDO.....	12
1.3. HISTÓRIA DO EAD NO BRASIL.....	18
2. A DOCÊNCIA NO ENSINO À DISTÂNCIA.....	33
2.1 FUNÇÕES DOCENTES.....	33
2.2 DIREITOS TRABALHISTAS NO EAD.....	35
2.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	37
2.4 O TUTOR NO EAD.....	45
3. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	49
3.1. O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM.....	51
3.2. SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE APRENDIZAGEM.....	53
3.2.1. O AULANET.....	54
3.2.2. O TELEDUC.....	55
3.2.3. O WEBCT.....	55
3.2.4. BLACKBOARD.....	56
3.2.5. E-PROINFO.....	56
3.2.6. MOODLE.....	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61

RESUMO

Este trabalho busca resgatar a história, o conceito e a estrutura humana e tecnológica do Ensino à Distância no Brasil, tendo como base os referenciais históricos nacionais e internacionais, as condições trabalhistas relacionadas à docência do Ensino à Distância no Brasil e a estrutura tecnológica que envolve este paradigma educacional. Na parte conceitual, busca-se entender o significado deste paradigma educacional, desde sua etimologia até sua importância para a melhoria da escolarização. Na parte histórica, busca-se resgatar a memória do Ensino à Distância desde suas origens, sua evolução no Brasil e no mundo para compreender sua situação atual. Na parte relacionada às condições de trabalho do docente, procura-se apontar as atuais condições de trabalho dos docentes no Ensino à Distância, mostrando suas funções relacionadas e a legislação a eles relacionada. No capítulo relacionado à tecnologia, são mostrados os recursos disponibilizados pelas tecnologias da informação e comunicação que estruturam o Ensino à Distância, a importância e as particularidades de cada um e suas funções específicas para melhorar a qualidade do ensino.

Palavras chave: EAD, Tutor, TIC.

ABSTRACT

This monograph seeks to rescue the history, concept of the human and technological structure of Distance Learning in Brazil , based on national and international historical references, the monograph conditions related to teaching of Distance Education in Brazil and the technological infrastructure that surrounds this educational paradigm. In the conceptual part, we seek to understand the meaning of this educational paradigm, from its etymology to its importance for the improvement of schooling. In the historical part, this monograph seeks to rescue the memory of Distance Education since its origins , its evolution in Brazil and in the world to understand their current situation. In related working conditions of the teaching part , this monograph shows the current working conditions of teachers in Distance Learning , showing their related functions and legislation related to them . In the chapter related to technology, the resources available are shown by information and communication structure the Distance Learning technologies , the importance and characteristics of each and their specific functions to improve the quality of teaching .

Keywords: Distance Learning, Information Technologies, Teacher.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar e resgatar o Ensino a Distância (EAD), modelo educacional que se encontra em constante expansão desde sua origem, que remonta o século XVIII, até os dias atuais. Também neste trabalho dar-se-á preferência ao termo “ensino a distância” ao invés de “educação à distância”, uma vez que ao se tratar de um tema que envolve professores, alunos e aprendizado, fala-se em ensino, que é apenas uma parte do que se pode chamar de educação, já que esta “abrange todos os momentos do ser, conscientes ou inconscientes. Seus atos, seus pensamentos, seus desejos – manifestação da compreensão do que lhe falta – em todos os momentos de sua vida” (Kensky, 2013, p. 12). Para que isso pudesse ser feito, foram pesquisados os principais dados deste paradigma, dos históricos aos técnicos. O EAD é um modelo que apesar de se mostrar como recente perante a sociedade brasileira, em virtude de sua forte ligação com as tecnologias da informação e comunicação (TIC), tais como a internet, computadores, *tablets*, *smartphones*, TV de alta definição entre outros, possui uma origem bem mais antiga do que se possa parecer. Nos tempos atuais, não há como realizar qualquer discussão a respeito de ensino a distância sem estabelecer alguma relação com as novas tecnologias da informação e comunicação.

Para traçar uma correta ligação entre o EAD e a tecnologia, é importante traçar uma breve apresentação sobre o que vem a ser tecnologia, enfatizando seu processo histórico e sua forte e antiga ligação com o homem.

A palavra tecnologia origina-se na junção das palavras gregas "*tekhne*" que significa “técnica”, com "*logia*" que significa "estudo". Logo, pode-se definir inicialmente a tecnologia como o estudo da técnica, que, segundo Galiano (1986, p.6), é “o modo de fazer de forma mais hábil, mais segura, mais perfeita, algum tipo de atividade, arte ou ofício”. Kenski (2003, p. 18), afirma que "segundo o Dicionário de filosofia de Nicola Abbagnano (1982), a tecnologia é o estudo dos processos técnicos de um determinado ramo de produção industrial ou de mais ramos".

A história da tecnologia é tão antiga quanto a história da humanidade. Ao longo de milênios, a humanidade cria artefatos que auxiliam na resolução de

problemas. A roda é tida como uma das mais antigas invenções do homem, senão a mais antiga. Até os dias atuais, usa-se a roda para as mais diversas tarefas, das mais simples às mais complexas.

Outras grandes invenções mudaram a história da humanidade. Entre as mais modernas, pode-se destacar a lâmpada elétrica, a fotografia, o automóvel, o avião, o telefone, a televisão e, mais recentemente, o computador. Todas essas invenções são exemplos de como a tecnologia facilita a vida das pessoas e resolvem grandes questões que, sem elas seriam inviáveis. Dois grandes exemplos disso são o telefone e o computador. Como seria possível comunicar-se com alguém que está a muitos quilômetros de distância sem o telefone? Seria inviável no mundo de hoje se sempre houvesse a necessidade de enviar correspondências. O mesmo se pode dizer do computador, que é capaz de realizar cálculos extremamente complexos em frações de segundos, o que um ser humano demoraria muito mais tempo para realiza-lo.

Ao se juntar a habilidade do computador com a versatilidade do telefone, obtém-se a internet, que tem sua origem nos Estados Unidos na década de 60, com objetivos militares e que hoje está presente no cotidiano das pessoas. A internet permite acessar fontes de informação, entretenimento e comunicação. É o artefato principal quando nos dias de hoje, se fala em tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Ao analisar essa breve apresentação histórica a respeito da tecnologia, chega-se à conclusão que esta está ligada ao homem há muito mais tempo do que se possa imaginar. Muitos atualmente definem o atual tempo em que se passa a sociedade como sendo a “sociedade da informação” ou “era tecnológica”, porém há algo a ser corrigido nessa afirmação que já se enquadra na categoria de senso comum.

Desde os tempos pré-históricos, a tecnologia convive com a humanidade. O homem, ao natural, é extremamente frágil. Não possui condições inatas de se defender de predadores, obter alimentos ou se proteger de intempéries climáticas. Para isso, desenvolveu armas, artefatos para se obter o fogo, roupas, etc. São formas primitivas de tecnologia, que garantiram o não desaparecimento da espécie humana do planeta.

A humanidade, junto com a tecnologia evolui e se desenvolve constantemente. Sempre novas técnicas surgem, novos artefatos são construídos. Portanto a humanidade sempre esteve em uma “era tecnológica”, cada uma em seu tempo, com sua característica e sua participação na vida social.

A educação também tem sua origem bem antiga, confundindo-se com a própria origem da humanidade. É um processo que se observa em qualquer que seja a sociedade ou grupos que nela se situam, e também a grande responsável para que esta se mantenha e se perpetue. Isso se dá através da sua transmissão de uma geração às gerações futuras de seus modos culturais, costumes, morais, maneiras de ser, de estar e de agir que são fundamentais para que haja convivência e adequação de seus membros em seu meio social.

Por ser a educação um processo de inclusão social, ela pode ser exercida em seus espaços de convívio, entre eles a família e a escola. Seu conceito se aproxima do de socialização, mesmo que não se resuma apenas a isso.

A análise contida neste trabalho tem como seu alvo a educação dada pelas escolas, também chamada de educação formal ou escolar, que compreende os procedimentos de ensino e de aprendizagem.

Considerando os processos básicos da educação formal, pode-se afirmar que esta compreende duas categorias principais: o ensino presencial e o ensino à distância.

O ensino presencial é dado em ambientes em que os alunos e os professores se encontram em um mesmo ambiente físico, como as salas de aula. É ministrado em estabelecimentos específicos para esse fim, tais como as escolas, colégios e instituições de ensino superior.

O ensino à distância, ao contrário, pode ser realizado a partir de qualquer lugar, que pode ser tanto em uma escola ou universidade, quanto em uma residência ou em uma empresa. Difere-se basicamente do ensino presencial pelo fato de que o processo de ensino e aprendizagem necessita de um meio que possibilite o transporte do conteúdo entre o professor e o aluno, ou seja, professor e aluno não se encontram juntos em um mesmo ambiente e, muitas vezes, não se encontram nem em um mesmo período de tempo. Esse “meio de transporte” pode ser uma televisão, um computador com ou sem internet, uma fita de áudio, ou até

mesmo uma carta, que foi por muito tempo, o principal artefato que viabilizava o processo de ensino à distância.

No processo de ensinar e aprender, a presença do docente é a de maior importância. Convém destacar a preferência pelo uso da palavra docente ao invés de professor, visto que há diversas conceituações a respeito do professor em diferentes países. Pode-se definir o docente como sendo um profissional com o papel de ensinar um conhecimento, que pode ser científico ou artístico. Para que se possa exercer essa profissão, deve-se possuir as qualificações necessárias para tal, sejam elas acadêmicas – como títulos e diplomas – e também pedagógicas – ter didática – para que seja possível o repasse do conhecimento ao aluno.

Da união desses termos conceituados, pode-se então conceituar o Ensino a Distância, que tem na tecnologia seu maior aporte pedagógico. Com a evolução dos mais diferentes recursos proporcionados pela tecnologia, entre eles o computador com suas diversas opções de interatividade e meios de se obter informação verificou-se a necessidade de ampliação dos meios, métodos e lugares de aprendizagens, fazendo com que o ensino fosse expandido cada vez mais.

A origem do EAD remonta ao século XIX, na Suécia, onde anúncios se referiam ao ensino por correspondência, embora houvesse cartas com publicações científicas nos Estados Unidos nos séculos XVII e XVIII. Do ensino por correspondência, passando pelo rádio e pela televisão, surge o mais novo ambiente propício para o EAD: o virtual, o qual torna o Ensino a Distância como um meio mais eficiente e eficaz de qualificação de cada vez mais profissionais sem disponibilidade ou de tempo ou de localização, que viabilize sua participação em processos de ensino presencial.

Assim como no ensino formal, o processo de ensino à distância possui um corpo docente, que costuma ser denominado “tutor” - proveniente do latim: "*tutor*" ou "*protector*". O tutor nesse paradigma atua como mediador, estabelecendo, através de diversos meios e recursos tecnológicos, uma rede de comunicação capaz de disponibilizar recursos que viabilizem a aprendizagem.

Essa mediação executada pelo tutor possui um objetivo adicional, além do ensino, que é a de superar a barreira da distância física entre docente e aluno, o qual deverá agir com disciplina e automotivação para que essa barreira não

inviabilize seu processo de aprendizado.

Vale ressaltar que o tutor acaba agindo como um coringa, realizando diversos papéis, além do de professor. O tutor age também como motivador, revisor, gestor, dentre outras. Essa múltiplas funções acabam por abrir uma discussão a respeito do papel do tutor, o que tem ocasionado preocupação tanto de pessoas ligadas à gestão quanto de pesquisadores e demais profissionais vinculados ao EAD, uma vez que podem trazer como consequência uma queda dos níveis de qualidade de ensino.

O exercício da função de tutor exige que o profissional estabeleça uma conexão entre o aluno e a instituição de ensino para que este possa apreender e ampliar os conhecimentos que lhe foram repassados.

As características que um tutor deve possuir são: boa capacidade de comunicação, bom domínio do conteúdo a ser repassado, além de uma boa didática. Deve facilitar a formação e fixação do conhecimento, promover a reflexão, o intercâmbio de informações e de experiências, além de produzir o material necessário, estabelecer por qual meio o conteúdo será repassado. Seus principais desafios estão no fato de que, além de professor, o docente no EAD também necessita executar tarefas de planejador, comunicador e pedagogo, além de prever, antecipar-se às dificuldades e buscar continuamente o próprio aperfeiçoamento.

1. CONCEITUAÇÃO E HISTÓRIA DO ENSINO À DISTÂNCIA

1.1. CONCEITUAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA

Existem diversas visões que estabelecem conceitos que são atribuídos ao EAD. A maioria delas possui um caráter mais descritivo e é baseada no ensino presencial. Conceituar o EAD, de acordo com Guarezi (2009, p.129) é “um processo evolutivo, que começou com a abordagem na separação física das pessoas e chega ao processo de comunicação, incluindo, no final do século XX, as tecnologias da informação”.

Entre esses diversos conceitos a respeito do EAD, pode-se destacar o de Aretio (apud GUAREZI, 2009, p.19) o qual afirma que

EAD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e aluno como meio preferencial de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização tutorial de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes.

Dessa forma, pode-se afirmar que o ensino à distância se mune de determinados mecanismos didático/pedagógicos cuja maior finalidade é a substituição ou então a tentativa de aproximar da melhor forma possível o docente e o aluno, apesar da distância física existente entre os mesmos. Segundo o Decreto nº 5622, de dezembro de 2005 do Ministério da Educação, através do qual o EAD é regulamentado, a conceituação deste paradigma educacional é estabelecido como sendo uma

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (GUAREZI, 2009, p.20).

Ainda segundo Guarezi (2009, p.20), a conceituação de EAD, conserva a visão generalizada que estabelece o afastamento físico entre o docente – professor ou tutor – e o discente – aluno, bem como a presença indispensável de tecnologias que possibilitem a realização da comunicação, além do processo

propriamente dito de ensino e aprendizagem. As mudanças evolutivas deste conceito ocorrem devido aos constantes progressos dos meios de comunicação, já que o EAD requer, cada vez mais, a obtenção quanto maior for possível dos recursos tecnológicos mais avançados para que a interação a ser efetivada entre as partes envolvidas seja a maior que se possa ter para que se obtenha uma melhor aprendizagem durante o processo educativo.

Toda a evolução do ensino à distância acompanhou, portanto, o desenvolvimento e transformação tecnológica dos meios que lhes dão sustentação. É importante, porém, destacar a precaução que muitos educadores tem em relação a isso, já que é sabido que evolução tecnológica não é sinônimo de evolução pedagógica. Essa afirmação segue a linha de pensamento de Demo (2007) que sustenta que “sempre é possível usar a tecnologia mais avançada para continuar fazendo as mesmas velharias, em particular o velho instrucionismo” (p.90).

Em uma visão mais ampla, é possível assegurar que o EAD executa a aplicação de todas as tecnologias que estão ao seu alcance para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça, sem que barreiras temporais e espaciais se tornem um empecilho para o processo. São várias as características atribuídas ao EAD e, dentre elas, pode-se destacar aquelas que se ligam à autonomia do aluno e, desta forma, ampliar e complementar ainda mais seu conceito.

1.2. HISTÓRIA DO EAD NO MUNDO

Faz-se necessário, para uma melhor compreensão da origem e da estruturação do EAD no Brasil, conhecer de que maneira esse paradigma educacional se originou e se disseminou pelo mundo, mesmo que sejam analisados apenas os países nos quais houve seu início e progresso.

Através da afirmação conceitual de que nessa modalidade de ensino, professor e aluno não estão fisicamente no mesmo lugar, vários relatos históricos referentes a civilizações antigas podem sugerir a origem do EAD.

Toma-se como exemplo as epístolas escritas, que foram utilizadas de

tal forma para que se difundisse o cristianismo, como um meio educacional. Pode-se citar outros marcos históricos que podem ser atribuídos à origem do ensino a distância.

Segundo o relato de Alves (1988), foi em meados do século XV que se deu a origem do EAD, concomitantemente ao nascimento da imprensa, na Alemanha através de Gutemberg, porém seus próprios relatos indicam que a disseminação do EAD pelo mundo se deu graças a, principalmente, três países europeus: França, Espanha e Inglaterra.

Nunes (2009) relata o que seria possivelmente a mais antiga menção de que se tem conhecimento do nascimento processo pedagógico de ensino e aprendizagem. Em 20 de março de 1728, na cidade americana de Boston, foi publicado um anúncio de aulas que eram dadas por correspondência e o professor de taquigrafia Caleb Philips as ministrava. O anúncio publicado na *Gazette de Boston* dizia o seguinte: "Toda pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston."

O professor Philips semanalmente enviava seus ensinamentos e lições para os alunos que estavam inscritos no curso.

Já no Reino Unido, um curso de taquigrafia por correspondência era oferecido no ano de 1840. Pouco mais tarde, em 1880, cursos preparatórios para concursos públicos eram dados por correspondência. Neste mesmo ano, correram notícias sobre a tentativa de se implantar um curso por correspondência que garantiria um diploma aos alunos que concluíssem o curso, porém essa ideia foi rejeitada pelas autoridades na época. Após esse fato, os autores do projeto rejeitado foram para os Estados Unidos e tiveram suas ideias acolhidas pela Universidade de Chicago e as puseram em prática. Dessa forma, no ano de 1882 nasce o primeiro curso superior à distância da história. A referida universidade enviava o material didático utilizado no curso pelo correio e os seus egressos concluintes tiveram direito ao diploma.

A universidade de Chicago aprofundou o EAD em seu quadro pedagógico, conforme Saraiva (1996) relata:

...em 1892, foi criada uma Divisão de Ensino por Correspondência, no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, por iniciativa do Reitor William R. Harper, que já havia experimentado a utilização da correspondência para preparar docentes de escolas dominicais. (p.18)

Já em 1891, nos Estados Unidos, um curso à distância sobre segurança para trabalho em minas foi ofertado. No ano de 1906, também nos Estados Unidos, a *Clavert Schools* da cidade de Baltimore tornou-se a primeira escola primária oferecer curso através do EAD. Já na Austrália, no ano de 1910, a Universidade de Queensland dá início aos seus cursos e programas de ensino por correspondência. Esses fatos indicam assim o pleno desenvolvimento e consolidação do EAD pelo mundo.

Muitos autores poderão indicar as origens mais contemporâneas do EAD em diversos lugares pelo mundo, entre os quais Nunes (2009). Entretanto, o êxito da *Open University* da Inglaterra, surgida no final da década de 1960 passou a ser uma referência mundial dessa metodologia de ensino com seus cursos que foram iniciados em 1970.

O ensino a distância passou por algumas gerações desde sua origem até os dias atuais. O período compreendido entre 1728 e 1970 pode ser considerado como sendo a primeira geração do EAD. Essa geração ficou marcada pelo forte apelo no ensino por correspondência. O processo pedagógico resumia-se a enviar o material impresso aos alunos para que esses pudessem estudar. Junto com esse material, vinham exercícios para que o discente pudesse fixar o conteúdo. Um grande problema encontrado no EAD durante esse período foi a grande dificuldade encontrada pelos alunos para poder interagir com a instituição de ensino. Essa interação limitava-se apenas aos períodos de avaliação.

A discussão sobre outras formas alternativas ao ensino por correspondência começou a aflorar nos planos pedagógicos do EAD, conforme relata Nunes (2009):

Do início do século XX até a Segunda Guerra mundial, várias experiências foram adotadas, sendo possível melhor desenvolvimento das metodologias aplicadas ao ensino por correspondência. Depois, as metodologias foram fortemente influenciadas pela introdução de novos meios de comunicação de massa (NUNES, 2009, p. 3).

Durante a década de 1960, já chegando ao final da primeira geração do EAD, um importante período de transição em diversos pontos de vista. Houve uma grande transformação econômica em virtude do início do declínio do fordismo, cujo modelo criado no início do século XX por Henry Ford começava a se tornar ultrapassado por não mais se adequar aos modelos de produção da época, cedendo espaço ao toyotismo, que tinha como objetivo eliminar desperdícios e promover a automação dos processos industriais. Esse novo modelo aumentou a eficiência dos meios de produção, criando novas maneiras de se organizar os procedimentos de trabalho, uma vez que o avanço tecnológico exigiria mais conhecimento do trabalhador.

Esse processo de transição estendeu-se também para a educação. O desenvolvimento tecnológico levou os modelos educacionais até então dominantes a novas visões estratégicas. Esses acontecimentos levaram o EAD à sua segunda geração, determinado pelo período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990. Tal período ficou caracterizado pelo uso de novos meios de comunicação, em especial os meios audiovisuais, como o rádio e a televisão. A busca por novas concepções pode ser notada através da afirmação de Guarezi (2009):

Nessa fase, tem-se como modelo de produção industrial o neofordismo. Esse modelo investiu em estratégias de alta inovação dos produtos e na alta variabilidade do processo de produção, mas conservou ainda do fordismo a organização fragmentada e controlada do trabalho. Essa transição impulsionou a EAD a buscar novos caminhos na tentativa de superação dos paradigmas da sociologia industrial. Nesse período, passaram a coexistir duas tendências: de um lado um estilo ainda fordista de educação de massa e do outro uma proposta de educação mais flexível, supostamente mais adequada às novas exigências sociais (BELLONI, 1999). A *Open University* como modelo de Universidade Aberta, foi considerada um marco importante nesse período de transição da primeira para a segunda geração da EAD (p.30).

Esse período, caracterizado pelo avanço das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) marcou uma transição no ensino a distância, que democratizou ainda mais seu acesso. Esse fato pode ser percebido ao se constatar

as maiores e melhores oportunidades de cursos e de tempo oferecidos aos alunos. Também ficou acessível a que estuda pelo EAD um tratamento personalizado, o qual passou a atender as necessidades mais específicas, numa clara demonstração de superação do modelo educacional anterior.

Para se ter uma ideia da significativa dimensão atingida pelo EAD e compreendê-la, pode-se tomar como exemplo a *The Open University*, do Reino Unido, que possui atualmente cerca de duzentos mil alunos de todo o mundo, embora de maioria inglesa. Fundada em 1969, hoje é uma referência mundial na metodologia de ensino a distância.

Embora o marco inicial desta geração do EAD tenha sido o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), principalmente o rádio e a televisão, não significa que estes não tenham sido utilizados anteriormente. No ano de 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro já fazia transmissões de programas com cunho educacional. Entretanto, as maiores e mais proveitosas experiências dessas novas metodologias foram registradas a partir da década de 1960.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, ocorreu um momento de grandes e importantes mudanças tecnológicas pelo mundo e, conseqüentemente, gerou um período de mudanças para o EAD. Com o avanço das tecnologias de comunicação e informação (TIC) foi possível dar início à chamada terceira geração do ensino à distância. Foi quando surge uma metodologia de teleaprendizagem dentro do processo pedagógico, tendo como principal característica o uso das telecomunicações. Foi quando as comunicações começam a se sincronizar, conforme Michael Moore e Greg Kearsley (2007) assinalam:

No final da década de 1960 e o início da de 1970 formaram um período de mudanças importantes na educação a distância, resultantes de diversas experiências com novas modalidades de organização da tecnologia e de recursos humanos, conduzindo a novas técnicas de instrução e a uma nova teorização da educação (p. 34).

De acordo com o que foi destacado, as expressivas mudanças ocorridas no âmbito do ensino à distância em seu histórico momento em que se inicia o período da chamada terceira geração se caracterizaram pela melhora em

sua organização, como o correto preparo de recursos humanos e materiais como manuais impressos para estudo, kits com materiais para realização de experiências a serem feitas pelos alunos em suas residências, fitas cassetes com as aulas gravadas, transmissão por rádio e televisão, além de uma biblioteca local para que o aluno possa realizar alguma consulta.

O surgimento das chamadas universidades abertas é que foi o marco de inicialização desta geração do EAD. Foram elas que tornaram possível e estruturaram a implementação do processo de ensino e aprendizagem à distância dentro das universidades.

A partir da década de 1980, começou-se a utilizar teleconferência com interação em tempo real entre professores e alunos através de áudio, vídeo e computador. Estava surgindo a chamada quarta geração do ensino à distância. Nos Estados Unidos essa configuração tornou-se um grande atrativo para professores e educadores, uma vez que o aparato tecnológico empregado e o resultado obtido por esse modelo mostrava-se bem diferente do modelo das gerações anteriores. A interação aluno-professor aproximava o EAD da situação vivenciada no ensino presencial tradicional, conforme frisam Moore e Kearsley (2007):

A educação a distância que surgiu nos Estado Unidos nos anos de 1980 era baseada na tecnologia da teleconferência e, portanto, era elaborada normalmente para o uso de grupos. Isso atraiu um número maior de educadores e formuladores de políticas por ser uma aproximação mais adequada da visão tradicional da educação como algo que ocorre nas classes , ao contrário dos modelos por correspondência ou de universidade aberta, que eram direcionados a pessoas que aprendem sozinhas, geralmente por **estudo em casa**. (p. 39, grifo do autor).

O artifício proporcionado pelas tecnologias da informação e comunicação para uso nas videoconferências do EAD foi largamente utilizada nas aulas acompanhadas também de conferências por áudio. Esses processos foram determinantes para a difusão da quarta geração, pois diferentemente das gerações anteriores, nas quais o audiovisual era apenas transmitido ao aluno, que estudava em casa e não tinha como tirar suas dúvidas durante seus estudos, essas tecnologias ofereciam recursos que aumentavam a interatividade entre o aluno e o

professor simultaneamente, mesmo que estes se encontrem em locais muito distantes. O aluno pode estudar em uma sala de aula virtual, podendo recorrer imediatamente ao professor em caso de dúvida, como em uma aula presencial.

O avanço tecnológico culminou com o momento atual vivido pelo EAD, que é chamado de quinta geração. Na realidade a quinta geração do EAD é um aperfeiçoamento da anterior – a quarta geração. Essa geração beneficiou-se do surgimento da internet, possibilitando o surgimento das chamadas turmas de alunos virtuais, e das aulas online, aproveitando ao máximo tudo o que a internet pode oferecer em se tratando de recursos audiovisuais.

Nessa geração a aprendizagem torna-se inteligente e dá mais flexibilidade ao processo pedagógico, permitindo uma maior transigência na interação aluno-professor ao agregar em uma mesma plataforma, áudio, vídeo e textos. Em suma, pode-se afirmar que a quinta geração do EAD reuniu alunos em uma mesma classe, mesmo que estejam distantes. A classe virtual possui as mesmas características de uma classe presencial, com alunos separados fisicamente e com a comodidade da interação online que as TIC disponibiliza através da internet.

Atualmente, o EAD possui uma infraestrutura que permite superar em qualidade de ensino suas gerações anteriores, equiparando-se com a qualidade do ensino presencial. O contexto atual vivido pelo EAD eliminou as barreiras geográficas, empecilhos de sistemas de comunicação e democratizou seu acesso, tornando-se um modelo de ensino inclusivo, tornando inexistentes os problemas de ordem social, uma vez que regiões com infraestrutura precária e com grande carência de instituições de ensino superior.

1.3. HISTÓRIA DO EAD NO BRASIL

O EAD no Brasil possui basicamente três períodos históricos distintos, desde sua origem até os dias atuais: o inicial, o intermediário e o moderno.

O primeiro deles, denominado período inicial caracteriza-se pelo

nascimento desse modelo de ensino no país. É a época em que surgiram as Escolas Internacionais, na primeira década do século XX, e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923.

O segundo período, chamado de intermediário, é marcado pela difusão do EAD pelo país através da inauguração das primeiras instituições específicas para essa modalidade de ensino, como o Instituto Monitor em 1939 e do Instituto universal Brasileiro em 1941.

O terceiro período, chamado de período moderno, teve a influência decisiva da Associação Brasileira de Teleducação (ABT), da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e do Instituto de Pesquisas Espaciais Avançadas (IPAE). Essas três organizações mararam o EAD no Brasil.

O ensino a distância no Brasil teve sua origem no início do século XX. Como forma de melhor compreender sua implantação no país, pode-se dividir a percurso realizado pelo EAD brasileiro em períodos distintos, conforme explicitam Faria e Salvadori (2010):

Em síntese, a história da EaD está dividida historicamente em três momentos: inicial, intermediário e outro mais moderno. A fase inicial é marcada pelas Escolas Internacionais (1904) seguida pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923); O Instituto Monitor (1939) e o Instituto Universal Brasileiro (1941) se enquadram na fase intermediária; e, na fase moderna, citam-se três organizações que influenciaram a EaD no Brasil de maneira decisiva: a Associação Brasileira de Teleducação – ABT, o Instituto de Pesquisas Espaciais Avançadas – IPAE e a Associação Brasileira de Educação a distância – ABED. (p. 7)

O motivo de o EAD ter se desenvolvido mais em outros países em questões de séculos antes de seu surgimento no Brasil é o fato de que os outros países permitiram que fossem possibilitados, pesquisados e disponibilizados mais ideias de inovação tecnológica, assim como o seu acesso, o que permitiu que o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas, cursos e estratégias de ensino fossem mais aceleradas.

Embora tenha-se notícias de que, no início do século XX, em meados

do ano de 1904, escolas internacionais norte americanas tenham iniciado alguns cursos por correspondência, no Brasil esse novo modelo de prática de ensino teve seu efetivo início, curiosamente, através de um programa de rádio. Esse fato inverteu o caminho percorrido pelo EAD no mundo, onde o ensino por correspondência dominou desde o princípio a metodologia utilizada por esse paradigma educacional para somente depois ceder espaço para os meios audiovisuais.

Ficou estabelecido como o marco inicial do EAD no Brasil, a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Edgard Roquette-Pinto, no mês de abril de 1923 de uma ideia nascida de intelectuais e cientistas da cidade do Rio de Janeiro.

Roquette-Pinto foi o grande entusiasta do EAD no Brasil. Ele elaborou um plano organizado que determinava a utilização de caráter educacional dos meios de radiodifusão como forma de democratizar o acesso à educação, bem como a divulgação de cultura e ciência, tendo o objetivo de garantir seu alcance a todos, inclusive aos mais pobres e longínquos. No dia da inauguração da Radio Sociedade, Roquette-Pinto declarou que “Todos os lares espalhados pelo imenso território do Brasil receberão livremente o conforto moral da ciência e da arte”. Essa declaração definiu exatamente os objetivos de se levar conteúdo educacional à distância a “todos os lares”.

No início da década de 1930, com a extinção do período denominado de “república velha” pela chamada “era Vargas”, houve alteração na legislação brasileira. Em 1932, foi promulgada a nova lei de telecomunicações. O Governo Federal fez uma exigência para que todas as estações de rádio aumentassem a potência de seus transmissores. Roquette-Pinto, enfrentando sérios problemas financeiros na Radio Sociedade, recusou-se a procurar capital nos sistemas bancários para se tornar uma espécie de empresário no ramo da radiodifusão. Decidiu então doar a emissora ao então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema.

Entretanto, temeroso de que sua rádio se transformasse em um veículo de propaganda estatal, impôs condições para que a rádio não transmitisse qualquer tipo de programação sectária ou partidária, mas apenas programação de cunho cultural e educativo. Essas condições fizeram com que a doação acontecesse

apenas no ano de 1936, após a obtenção da garantia do governo Vargas de que seriam mantidos os objetivos que levaram à sua criação e que o caráter educativo da emissora fosse continuado. Em 28 de agosto o referido ano o ministro da Educação Gustavo Capanema efetiva a doação da emissora com o compromisso de manter seu caráter cultural e educacional.

A partir do momento em que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi doada ao Governo Federal, a mesma passou a ser designada como “Rádio MEC”, cujo nome perdura até os dias atuais. A sua programação, entretanto tem seu foco voltado mais para a área cultural, ficando sua parte relacionada à educação em um plano mais secundário, mas sem que haja a quebra dos princípios do acordo firmado na década de 1930, embora não se possa mais afirmar que o EAD faça parte de suas estruturas fundamentais de programação.

Dados informativos sobre a utilização exclusiva de correspondências para se ensinar baseado no EAD, segundo afirma Gomes (2009) datam de meados do ano de 1939, período em que chegou ao Brasil como imigrante o húngaro especialista em eletrônica Nicolas Goldberger. Goldberger tinha como intuito difundir os conhecimentos técnicos da área de eletrônica.

Instaurou um pequeno estabelecimento na área central da cidade de São Paulo onde começou suas atividades de ensino por correspondência. Cartas contendo materiais didáticos e apostilas eram enviadas para os seus alunos ensinando-lhes como montar um aparelho de rádio. As tarefas realizadas por seus alunos, inclusive as avaliações eram também repassadas por eles por correspondência, para que o instituto pudesse corrigi-las. Seu empreendimento obteve um notável sucesso. A partir daí, Goldberger instituiu o Instituto Radiotécnico Monitor, estabelecendo a criação de novos cursos técnicos e profissionalizantes através de correspondências.

Após obter novamente sucesso em seu empreendimento, o Instituto Radiofônico Monitor continuou a expandir seus cursos e a aumentar a quantidade de alunos. Atualmente seu nome é Instituto Monitor, e seus cursos utilizam recursos de EAD baseados em multimídia e internet.

A partir da década de 1950, a metodologia de ensino do Instituto Monitor já se encontrava difundido e conhecido. A instituição tornou-se referência, o

que ocasionou um grande poder de influência em áreas próximas ao seu endereço. A especialidade na área de construção de artefatos eletrônicos e de radiodifusão acabou por converter a região do bairro Santa Ifigênia, em São Paulo em um importante polo de referência comercial da área de peças e componentes eletrônicos na cidade. Até os dias atuais o bairro é conhecido por seu comércio de produtos ligados à eletrônica.

Desde sua fundação, o número de matrículas no Instituto Monitor passou a soma de cinco milhões de inscritos e, nos dias atuais, encontram-se matriculados cerca de 55 mil alunos em cursos profissionalizantes.

Além da Rádio Sociedade e do Instituto Monitor, outra das instituições pioneiras a fazer uso do EAD no Brasil foi a Marinha, mais especificamente a Escola de Guerra Naval. O início das atividades de ensino à distância remonta a meados de dezembro de 1939. Nesse ano, os oficiais militares veteranos começaram a receber materiais didáticos impressos, uma vez que estavam em defasagem etária para poderem cursar uma mesma turma de um preparatório de oficiais mais jovens.

É interessante frisar que a instituição de cursos baseados em EAD na Marinha do Brasil ocorreu logo após o Instituto Monitor ter iniciado suas atividades, escola pioneira em cursos preparatórios à distância ter iniciado suas atividades através do uso de correspondências. Esse acontecimento coloca a Marinha do Brasil como também pioneira no uso do EAD no país.

O uso de recursos materiais impressos, como correspondências, funcionou satisfatoriamente a ponto dessa metodologia, que é denominada como sendo a primeira geração do EAD, ainda ser empregada atualmente, muito embora os recursos relativos à chamada terceira geração do EAD, como a utilização de mídias digitais e a internet sejam maioria na Marinha desde o ano 2000.

Interessante observar que a segunda geração do EAD, que se refere ao uso do audiovisual – rádio, fitas cassetes e televisão – não foram utilizadas nos programas de ensino à distância da Marinha. A passagem ocorreu diretamente da primeira geração para a terceira geração, porém sem abandonar por completo os recursos de primeira geração, que são ao mesmo tempo utilizados.

Quando iniciou suas atividades educacionais, através do ensino à distância, em 1939, o conteúdo didático era impresso e enviado pelos correios aos

alunos. Esses estudavam o conteúdo e faziam os exercícios propostos que acompanhavam o material com o conteúdo e por fim eram submetidos a um processo de avaliação.

Esse material didático que era publicado era elaborado e produzido dentro da própria Marinha do Brasil. Ao final do curso, após finalizar todos os processos de ensino, aprendizagem e avaliação, o material era devolvido pelos alunos para que pudessem ser reaproveitados em turmas subsequentes.

Os cursos corporativos baseados no EAD utilizando correspondência foram, durante seis décadas, a forma majoritária de ensino utilizada na Marinha. Somente a partir de 1999, é que se iniciam os trabalhos para a disponibilização de cursos através da internet. Essa evolução observada na metodologia do EAD, corrobora com a afirmação de Lima (2003) que afirma que:

Dentro da especificidade do Ensino a Distância, as coisas acontecem de um modo diferente: espera-se e criam-se condições para que o aluno perceba que com os materiais adequados e orientações precisas ele pode, e deve, construir a própria aprendizagem de forma autônoma e independente.(p.4)

Atualmente são oferecidos 36 cursos na modalidade EAD são oferecidos pela Marinha do Brasil aos seus integrantes, com uma previsão que se chegue a cerca de 1500 alunos que após matriculados deverão realizar os cursos pela internet.

Outra instituição de ensino que pode ser considerada pioneira na metodologia EAD é o Instituto Universal Brasileiro (IUB).

A fundação do Instituto Universal Brasileiro tem seu processo relacionado ao Instituto Monitor. Um de seus fundadores, que era sócio proprietário da instituição criada por Nicolas Goldberer, desfez a sociedade e, junto com seu irmão, instituiu o IUB no ano de 1941. Inicialmente, o instituto voltou seus objetivos à formação e qualificação de mão-de-obra industrial e para o setor de serviços. Após esse período inicial, começaram a surgir os cursos supletivos, objetivando a preparação de estudantes jovens e adultos a realizar exames de para a conclusão dos cursos ginasial e colegial.

Foi durante as décadas de 1930 e 1940 que o Instituto Monitor e o recém criado IUB começavam a dominar o ensino à distância no Brasil. Époça em que a segunda guerra mundial tomava conta do mundo, proporcionando sérios riscos de todos os tipos em praticamente todos os países, o Brasil encontrava-se no governo denominado Estado Novo, ou seja, na ditadura de Getulio Vargas, passando por profundas transformações de ordem econômica, trabalhista e social, que já foi chamada de revolução industrial brasileira, segundo relata Ary (2007):

Vivendo o Brasil, a partir do início da década de 30, aquilo que Bresser Pereira (1985) denominou de “Revolução Industrial Brasileira”, que nas palavras do próprio autor significou a transição do domínio do capital mercantil, latifundiário e especulativo para o capital industrial, o rádio constituiu-se no principal veículo de comunicação do país, necessitando, portanto, de indivíduos capacitados para operá-lo. Ainda segundo Bresser Pereira, a política protecionista do governo brasileiro para com a indústria nacional na década de 30, impulsionando o processo de industrialização em vários setores da indústria nacional, resultou no desenvolvimento do setor eletrônico em todo o território nacional, emergindo daí a urgência em preparar profissionais com conhecimento para montar e consertar receptores de rádio. Aproveitando sua experiência e conhecimento na área, o fundador do Instituto Monitor passou a oferecer cursos voltados à preparação de técnicos para atender tal demanda e, como o rádio não era privilégio apenas de quem morava nos grandes centros urbanos, e sim o aparelho eletrônico que chegava também aos mais longínquos cantos do território nacional, o ensino por correspondência poderia atender as necessidades do país como um todo.

Foi também durante esse período que o Instituto Universal Brasileiro conseguiu se adaptar à nova realidade brasileira, ao lançar novos cursos, aperfeiçoar equipamentos para a produção de materiais didáticos e melhorando seu processo de ensino e aprendizagem. Em pouco tempo, o IUB superou seu antecessor, o Instituto Monitor e se tornou a instituição de ensino à distância mais importante do Brasil.

O envio de correspondências, metodologia pioneira, que fora utilizada em todo o mundo para a efetivação do EAD, foi a escolha feita pelo Instituto

Universal Brasileiro como método para a execução da ação pedagógica de ensino e aprendizagem. Dessa forma, foram atraídos alunos de todas as regiões do país, desde as mais urbanizadas às mais longínquas e remotas. Como a presença regular nas aulas era dispensável e a flexibilização do horário para estudo permitia que o aluno pudesse estudar e realizar suas tarefas em um período que lhe fosse mais conveniente, o EAD começou a se tornar atrativo a quem não tinha condições, físicas ou financeiras de realizar um curso presencial, visto que em muitas regiões do Brasil, não havia sequer condições de deslocamento a uma escola.

Atualmente, os alunos do Instituto Universal Brasileiro possuem um perfil majoritariamente originários das regiões mais pobres do Brasil “de origem nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, com renda mensal entre 02 e 06 salários mínimos, sem profissão específica, que buscam o curso visando garantia de emprego ou crescimento na empresa” (FARIA e VECHIA, 2011, p.16).

Pode-se notar que a demanda de alunos que buscam o IUB para estudar, visam uma melhor formação com a comodidade de não ter que se deslocar até uma instituição de ensino presencial, horário flexibilizado e sem ter que enfrentar dificuldades físicas de acesso.

No início da década de 1960, havia a preocupação do governo brasileiro com programas formativos relacionados ao EAD. Essa preocupação deu origem ao Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) e também à Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa.

Havia também no Governo Federal, a preocupação em atender à população egressa do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Essa preocupação visava a garantia de formação e conclusão das oito séries do então chamado primeiro grau.

Dessa forma, na década de 1970, sob o regime da ditadura militar, surge o Projeto Minerva. O governo militar almejava, com esse projeto, alcançar seus objetivos de realizar uma verdadeira revolução no âmbito educacional brasileiro, ao utilizar a segunda geração do EAD, ou seja, o uso do rádio e da televisão como instrumentos pedagógicos.

A grande extensão territorial do Brasil, as carências de infraestrutura e o elevado custo de implantação de escolas de qualidade em regiões longínquas e

remotas descrevia o cenário sócio educacional da época. Era nessas circunstâncias que os governantes pretendiam encontrar a solução para que fossem superadas as deficiências educacionais que estavam impregnadas no país. A implantação e a utilização de uma cadeia de recursos audiovisuais como ferramenta que difundiria o ensino básico para a população figurava como o desfecho mais viável a ser executado para que fosse possível atender aos objetivos governamentais vigentes, já que era mais fácil levar sinais de rádio e de televisão a todas as comunidades existentes no Brasil.

Foram várias as instituições responsáveis pela concepção e implantação do Projeto Minerva no Brasil, tais como o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta, amparado pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – enfatizando a educação de jovens e adultos.

Implantado como sendo uma solução rápida para que o país pudesse se desenvolver, o Projeto Minerva teve sua execução feita através de transmissões de rádio e televisão para todo o país em rede nacional. Os programas transmitidos buscavam preparar os alunos do projeto para a realização dos exames elaborados pelas fundações Padre Landell e Padre Anchieta. Eram avaliações de Capacitação Ginásial e Madureza ginásial.

Dessa forma, o governo esperava suprir as necessidades urgentes de mão de obra no país, que vivia o chamado período do milagre econômico, que gerou um certo entusiasmo com relação ao crescimento do Brasil.

Para que se possa entender o perfil desse modelo educacional adotado no Brasil, é necessário encontrar uma referência, como em Belloni (1999), na qual é possível observar que o Projeto Minerva converge para a ideia do modelo fordista de produção industrial, que se caracteriza pela pouca inovação da manufatura, pouca alteração e versatilidade do processo de produção e também pela pouca responsabilidade no trabalho. Era um modelo que objetivava a formação em massa de trabalhadores, através de monitores e centros de apoio, que aprendiam de forma isolada, já que as aulas eram recebidas pelo rádio ou pela televisão na residência do aluno.

O Projeto Minerva chegou a ter cerca de trezentos mil alunos

matriculados, porém obteve um rendimento dos alunos extremamente baixo, com cerca de sessenta mil apenas que solicitaram o exame de madureza, que possibilitava a progressão para o segundo grau. O resultado foi ainda pior se forem analisados os índices de aprovação deste projeto. Dos sessenta mil alunos que solicitaram o exame, apenas 33% conseguiram aprovação.

Apesar do baixo índice de aprovação e das rigorosas críticas recebidas, o projeto manteve-se em atividade até o início da década de 1980.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, foram criados diversos programas estaduais de ensino à distância e também alguns órgãos ligados ao modelo de ensino não presencial. Alguns desses permanecem na ativa até os dias atuais.

No ano de 1965, a Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE) criou, com autorização do Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB). O objetivo era o treinamento e a formação de mão de obra qualificada. Os cursos de formação eram exclusivamente presenciais até o ano de 1973, quando, a partir daí, a instituição iniciou a oferta de cursos à distância.

Em meados do ano de 1967, os governos dos Estados do Maranhão e do Ceará criaram programas educacionais que se utilizavam da televisão como meio de transmissão do ensino. O objetivo era reduzir as significativas deficiências educacionais enfrentadas em regiões onde não havia infra estrutura escolar ou disponibilidade para a conclusão das séries finais do ensino fundamental, denominado na época de primeiro grau.

Também no ano de 1967, uma lei estadual do Estado de São Paulo criou a Fundação Padre Anchieta e a regulamentou através de um decreto estadual. Por ser uma instituição de direito privado, seu estatuto a determina como sendo separada do Estado, embora sua diretoria fosse escolhida pelo mesmo. A fundação mantém até os dias atuais a TV Cultura. Possui com caráter estritamente educativo e proibida de exibir qualquer programação com conteúdo político-partidário.

Inicialmente, visava transmitir através da televisão, aulas e conferências. Outros programas educacionais foram transmitidos com formato diferente dos tradicionais programas educativos, como o “Madureza Ginásial” e o “Meu Pedacinho de Chão”, que era uma telenovela de cunho totalmente educativo.

Outras telenovelas educativas também obtiveram sucesso, como a “João da Silva”, que era mais voltada para as séries iniciais do ensino fundamental. Foi transmitida tanto pela televisão quanto via rádio por outras emissoras do país, num total de 29 (OLIVEIRA, 2011). Essa telenovela conquistou a simpatia da população na época. Oliveira (2011) descreve o cenário da época:

O entusiasmo com a produção do Madureza era grande, seja por parte da imprensa, que via no programa uma forma de tornar a televisão um pouco mais útil, segundo a própria crítica feita pelos meios da imprensa impressa que viam na TV uma concorrente, seja por parte das pessoas envolvidas diretamente com o projeto. No caso dos primeiros, fica claro o incentivo dado a esse tipo de experiência. Em matéria publicada na revista **Veja** era afirmado que todos na TV Cultura acreditam que a maior atração da nova emissora seria o seu curso de Madureza, cujas aulas, eram pequenos espetáculos onde o professor quase nunca apareceria, pois a imagem e o som ensinam melhor. Segundo o responsável pelo setor cultural da TV Cultura, Cláudio Petraglia, as aulas eram “tão divertidas, que, em pouco tempo” iriam “concorrer com os programas de maior audiência em São Paulo” (p. 2, grifo do autor).

Essa programação foi veiculada no período de vigência do Ato Institucional número 5 (AI-5), durante a ditadura militar (OTONDO, 2008). Após esse período, a prática foi abandonada e a fundação passou a transmitir uma programação mais voltada para o público infantil e telejornais, que foram responsáveis por diversos atritos com o poder público.

Atualmente, a TV Cultura continua sendo mantida pela Fundação Padre Anchieta, mantendo seu conteúdo de caráter jornalístico e educativo, porém caracterizar-se como uma rede de televisão exclusiva para EAD.

O Programa “Madureza Ginásial”, no entanto, teve falhas em determinados pontos de vista relacionados ao aprendizado de seus alunos. Foram feitas alterações de caráter técnico que excluía o professor do cenário educativo, enfatizando apenas o lado tecnológico da televisão. Essa inovação desagradou aos alunos telespectadores. Até mesmo imagens em que o professor estava presente na cena foram criticadas.

Para corrigir esses pontos, foram realizadas mudanças na forma como

o curso seria transmitido, como a inserção de programas explicativos, nos quais os alunos eram orientados sobre a forma como deveriam ser feitos seus estudos através da televisão. Além dessas mudanças, a estrutura pedagógica também foi alterada. Houve todo um processo de reformulação dos programas com a padronização dos recursos técnicos e da linguagem utilizada nas aulas.

Apesar das deficiências encontradas, o programa obteve sucesso e ganhou alcance nacional quando, o Ministério da Educação assinou um convênio com a Fundação Padre Anchieta para transmiti-lo para todo o Brasil. A partir desse fato, todo o procedimento de adaptações necessárias foi concluído rapidamente

Ao contar com a colaboração de professores da USP na organização e preparo das aulas, o programa Madureza Ginásial foi o responsável por uma importante mudança no modo de se fazer programas de instrução. Após algum tempo, sua transmissão foi encerrada, porém serviu de modelo para o Telecurso 2º Grau, programa que herdou várias características do Madureza Ginásial.

Tendo em vista a experiências e conhecimentos adquiridos em projetos anteriores, no ano de 1978, através de uma iniciativa das fundações Padre Anchieta e Roberto Marinho, com o patrocínio da Rede Globo de Televisão, a Fundação Padre Anchieta inaugura o Telecurso 2º Grau, que tinha como público alvo a população que não havia concluído o segundo grau, como era denominado o ensino médio na época.

O projeto do telecurso fomentava todo o processo de produção e divulgação das aulas a serem transmitidas por várias emissoras, entre elas a TV Globo e a TV Cultura, além de várias outras emissoras tanto de rádio quanto de televisão existentes em todo o território nacional. No caso das transmissões radiofônicas, foi utilizada a estrutura herdada do antigo Projeto Minerva, que pertencia ao MEC.

Além de assistirem às aulas transmitidas, os alunos também poderiam obter o material didático impresso que possuía tiragem semanal e era vendido, a baixo custo, em bancas de revista. Após cerca de um ano e meio, o aluno poderia concluir todas as matérias relativas ao segundo grau.

A ideia inovadora foi percebida pela população já na estreia do programa. Após a vinheta anunciando o nome do telecurso e das fundações Roberto

Marinho e Padre Anchieta, surgiram até boatos de que as linhas telefônicas da TV Globo teriam ficado congestionadas devido ao elevado número de pessoas ligando para pedir mais informações sobre o programa (NISKIER, 1999, p. 307).

A ideia da experiência de se utilizar uma rede de televisão com fins comerciais em prol da educação não é nova. Na década de 1960 a TV Continental já havia tentado realizar algo semelhante ao que foi feito com o Telecurso 2º Grau, porém sem sucesso. O diferencial desta vez foi que a rede de televisão em questão era a TV Globo, a hegemônica rede de Roberto Marinho, que mudaria para sempre a conjuntura da educação através da TV.

No ano de 1965, após a realização de um convênio entre a Diretoria de Ensino Secundário do MEC e a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul foi criado o Serviço de Rádio e Televisão Educativa – SERTE. O SERTE é o precursor da Fundação Padre Landell de Moura, entidade que realizaria mais tarde diversos projetos no âmbito do EAD.

A Fundação Padre Landell de Moura – FEPLAM foi inspirada em várias organizações educacionais à distância da América Latina durante a década de 1960. A FEPLAM teve como política educacional a elaboração de conteúdos que fomentassem o pensamento crítico em seu público alvo, conforme frisa Pimentel (1999):

A FEPLAM optou por transmitir programas que estimulassem uma postura crítica no público alcançado, possibilitando uma ampliação das relações entre os indivíduos e a sociedade, e tornando-os mais conscientes historicamente. Esta visão de uma educação mais voltada para a própria realidade dos alunos já vinha sendo a principal característica do Movimento de Educação de Base, e iria influenciar a maior parte dos projetos de educação que realmente teriam resultados positivos (p. 53).

Para que essas ideias fossem postas em prática, foi feita uma adaptação, por parte da FEPLAM, de suas metodologias e de seus currículos às necessidades de cada coletivo a ser atendido pelos programas de ensino. A presença da FEPLAM em vilas e comunidades localizadas em áreas rurais ou nas periferias dos grandes centros urbanos foi maciça, uma vez que a maioria de seu

público-alvo potencial encontra-se nessas regiões.

O conteúdo dos programas educacionais, seja nas áreas urbanas seja nas rurais, tinham as manifestações culturais da população local como base pedagógica para suas ações, o que proporcionou uma melhor acessibilidade, tendo o aproveitamento e o rendimento das comunidades participantes aumentados.

Desde o início de suas ações, a Fundação Padre Landell de Moura fez uso de um sistema denominado multimeios como estrutura pedagógica. Essa estrutura é composta de material didático impresso, aulas gravadas em fitas cassete, fitas de vídeo, e slides, compondo um sistema audiovisual completo. O programa conta com o acompanhamento de monitores e, em virtude disso, o sistema obteve sucesso nas suas atividades de ensino e evoluiu desde a sua fundação, acompanhando o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

O diferencial da FEPLAM é que o conteúdo contido em seus programas de ensino é elaborado em conjunto com a própria população das vilas e comunidades participantes, objetivando assim a realização de projetos educacionais e de extensão cultural mais próximos do cotidiano local. São realizadas pesquisas sobre as suas atividades, além do aprimoramento do uso das TIC educacionais e a execução de todas as formas de radiodifusão.

O papel dos agentes comunitários e representantes de associações de moradores e outras lideranças de entidades nessas ações foi muito importante, pois são elas que trazem as necessidades da população local, participando, dessa forma, dos projetos pedagógicos.

Outra instituição criada com a finalidade de difundir programas de EAD foi o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Fundada em 1973, tinha como objetivo implantar um sistema de teleeducação com alcance nacional utilizando transmissão por satélites. Foi elaborado o Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), para que fosse possibilitado processo de educação de massa (PEREIRA, 2012).

O programa do INPE teve início em caráter experimental no Estado do Rio Grande do Norte e era voltado para as três primeiras séries do primeiro grau. O programa, porém não obteve sucesso e foi abandonado, apesar de ser inovador.

Atualmente o INPE não possui seus objetivos voltados para o EAD, focando suas atividades nas áreas de previsão do tempo e pesquisas geográficas.

2. A DOCÊNCIA NO ENSINO À DISTÂNCIA

2.1. FUNÇÕES DOCENTES

No processo de ensino à distância, a figura de maior responsabilidade é a do docente. Sua correta conceituação, bem como a definição de suas atribuições vem se tornando motivo de grandes discussões a respeito, por ser um profissional que tem suas atividades dependentes da tecnologia, uma vez que não possui contato físico com os discentes durante o processo de ensino.

A imagem do docente no EAD está relacionada com funções que vão de tutoria online até mediação. Os recursos tecnológicos possuem cada vez mais capacidade didática e, em virtude disso, o docente passa a adquirir uma nova posição com relação à sua função e aos discentes, relação esta constituída através do intermédio dos recursos pedagógicos disponibilizados para si nas situações cabíveis.

O profissional que atua como docente no EAD é o tutor. Apesar de possuírem funções semelhantes, o trabalho do tutor, é diferente do trabalho desempenhado pelo professor no ensino presencial tradicional.

O professor, que tem sua ação no ensino presencial tradicional, possui todo o processo de ensino centrado em si, exercendo o controle sobre o processo pedagógico, com o atendimento ao aluno feito seguindo horários específicos e predominantemente presencial. O professor exerce o controle total sobre o processo de avaliação, desde sua elaboração até a correção.

O tutor, por sua vez, possui seu foco de ação centrado no aluno, com disponibilidade variável e flexível, podendo atender ao aluno a partir de diversos lugares e em diversos horários. É quase que uma obrigação para um tutor sua participação em fóruns e grupos de discussão, além do uso de comunicadores instantâneos, como o *Skype*, e do *e-mail*.

A função do tutor vai ainda mais além. Todo o processo de aprendizagem é acompanhado por ele, como o esclarecimento de dúvidas dos alunos, correção de provas, suporte de aprendizagem, além da avaliação do

desempenho dos alunos.

Machado (2009) considera que:

“A tutoria é o método mais utilizado para efetivar a interação pedagógica, e é de grande importância na avaliação do sistema de ensino a distância. Os tutores comunicam-se com seus alunos por meio de encontros programados durante o planejamento do curso. O contato com o aluno começa pelo conhecimento da estrutura do curso, e é preciso que seja realizado com frequência, de forma rápida e eficaz. A eficiência de suas orientações pode resolver o problema de evasão no decorrer do processo. Existem significativas diferenças entre o professor-autor e o professor-tutor, embora ambos sejam profissionais virtuais. O professor-autor desenvolve o teor do curso, escreve e produz o conteúdo e atua na organização dos textos e na estruturação do material. É preciso que ele conheça as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de desenvolvimento para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho de texto e do conteúdo do curso, de forma a contemplar todas essas potencialidades (Maia, 2002). Após a conclusão do conteúdo pelo professor-autor, entra em ação o professor-tutor cujo papel é o de promover a interação e o relacionamento dos participantes. A tutoria é necessária para orientar, dirigir e supervisionar o ensino-aprendizagem. Ao estabelecer o contato com o aluno, o tutor complementa sua tarefa docente transmitida através do material didático, dos grupos de discussão, listas, correio-eletrônico, *chats* e de outros mecanismos de comunicação. Assim, torna-se possível traçar um perfil completo do aluno: por via do trabalho que ele desenvolve, do seu interesse pelo curso e da aplicação do conhecimento pós-curso. O apoio tutorial realiza, portanto, a intercomunicação dos elementos (professor-tutor-aluno) que intervêm no sistema e os reúne em uma função tríplice: orientação, docência e avaliação. (p. 10)”

Todo o ritmo do processo pedagógico no EAD é determinado pelo aluno que, dentro de suas possibilidades, definirá seus horários de estudos. Até mesmo processo de avaliação é um procedimento com especificações definidas em comum acordo entre as duas partes e dessa forma é executado.

2.2. DIREITOS TRABALHISTAS NO EAD

Com relação aos aspectos trabalhistas que regem o trabalho do profissional de ensino no EAD nos dias atuais, convém analisar determinadas questões com relação ao contexto que engloba as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e também as redes de ensino.

As leis que regulamentam e regem o trabalho docente determinam que as redes e os sistemas educacionais deverão proceder com a valorização dos profissionais que trabalham na área da educação (NEVES e FIDALGO, 2006).

O EAD possui regulamentação básica definida pela Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que no seu artigo 80, determina:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Já o artigo 67 desta mesma lei, destaca a obrigação que as redes de ensino têm com relação à valorização e promoção dos profissionais que trabalham com educação.

As relações de trabalho devem acompanhar os avanços tecnológicos assim como os professores o fazem, principalmente em se tratando de EAD. Como nessa modalidade de ensino o docente, no caso o tutor, não se encontra em um mesmo ambiente físico que os alunos, a aula pode estar sendo transmitida, por exemplo, da residência do docente. Dessa forma, aplica-se o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que em seu artigo 6º afirma que:

“Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego. (Redação dada pela Lei nº 12.551, de 2011).

Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio. (Incluído pela Lei nº 12.551, de 2011)”.

É fato que não há uma legislação trabalhista específica para tratar de assuntos relacionados ao ensino à distância. O que realmente existe são normas que foram criadas tendo como objetivo principal o atendimento ao ensino presencial, o que dificulta a correta aplicação dos direitos trabalhistas para o profissional de educação que atua na modalidade EAD. Esses fatores contribuem para debilitar ainda mais o trabalho dentro dessa modalidade educacional, uma vez que várias instituições de ensino se recusam a reconhecer o vínculo empregatício de tutores e demais trabalhadores nessa área.

A CLT, por meio dos artigos 317 ao 324 correspondente à seção que trata especificamente do trabalho do professor, determina as normas vigentes para essa categoria profissional, porém essas normas somente são aplicáveis quando há um vínculo empregatício do professor com a instituição que o emprega.

2.3. CONDIÇÕES DE TRABALHO

O que era para ser um fator de modernização e facilitação do trabalho do docente tem sido usado de forma a prejudicar seu trabalho. O desenvolvimento e a constante evolução das TIC tem feito com que diversas instituições de ensino utilizassem essas tecnologias para reduzir a quantidade de profissionais na ativa, com a conseqüente sobrecarga dos que ficam (NEVES, 2009).

Pode-se comprovar essa afirmação ao se fazer uma análise da situação do corpo docente no EAD. Existem profissionais que ministram aulas para cerca de mil alunos ou mais. Caso esses professores estivessem no ensino presencial, teriam poucas turmas sob sua responsabilidade, com cerca de sessenta alunos no máximo.

Por essas situações fica notória a constatação de que fatores de ordem econômica acabam prevalecendo nas instituições de ensino no processo de organização do trabalho pedagógico na modalidade EAD. A falta de atenção e apoio pedagógico tem levado a situações precárias de se exercer a modalidade.

A situação em que se encontram os docentes no EAD é enfatizado por Neves (2009) quando este afirma que:

“o professor na atividade pedagógica virtual significa muitas vezes preparar o material didático para que o tutor execute as aulas. A idéia inicial parece indicar que ser tutor é menor que ser professor, entretanto é importante salientar que tanto o tutor como o professor exercem atividades docentes. Dito de outra forma, a tutoria parece ser uma função menos séria e importante em relação ao trabalho do professor, pois ela “não toma muito tempo”, é pior remunerada e ainda há menor cobrança por não exigir a presença do aluno. Entretanto, o discurso da flexibilidade, da autonomia e do trabalho fácil é, muitas vezes, enganoso e evidencia-se como sobrecarga de trabalho, com número elevado de alunos e demandas por conhecimentos/competências que ele ainda não domina. Há ainda a questão (da possibilidade) de controle excessivo do processo de produção e execução do trabalho. Tal realidade aponta a necessidade de reflexão sobre as condições de trabalho desses profissionais docentes na sociedade contemporânea. Nos últimos anos, o emprego das novas tecnologias e de novas formas organizacionais promove mudanças nas condições de

trabalho com implicações para o ritmo, a responsabilidade, a quantidade de tarefas, a reorganização dos tempos, a exigência de maior atenção às operações mentais e físicas, o esforço físico, a segurança a limpeza, o barulho e o relacionamento interpessoal. As condições sociais de trabalho referem-se aos direitos e deveres expressos na legislação trabalhista que vêm passando por diversas modificações nos últimos anos em função do aumento da precarização das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira assinada e do trabalho independente.(p.8)”

As TIC são a base de sustentação que viabilizam o EAD e são através delas que o trabalho docente é executado. A exploração de sua força de trabalho, através das TIC corrobora com as definições de Marx sobre a exploração, neste caso pelo capital educacional, da mais-valia.

Marx define a mais valia como sendo a diferença entre o valor final de um produto e o valor gasto para elaborá-lo, como o valor dos meios de produção e da força de trabalho. No caso do EAD, a força de trabalho é exercida pelo docente, que é responsável pela elaboração da mercadoria, que é o ensino e para isso utiliza os meios de produção, que é a infra estrutura tecnológica, baseada nas TIC para que o ensino seja feito e levado ao consumidor final, que é o aluno.

As tecnologias utilizadas no trabalho do docente em EAD vem a ser na realidade formas de exploração do trabalho. O profissional da docência no EAD, tem seu trabalho mediado pelas TIC e poderá impor uma relação específica em relação ao profissional do ensino presencial tradicional no âmbito do tempo e do espaço. Dessa relação, acarretará outro estágio de exploração da mais-valia, porém no cenário da educação (Mill, 2006, p. 22).

A excessiva carga de trabalho enfrentada pelo trabalhador da modalidade EAD, torna-se, além de uma grande dificuldade enfrentada por quem trabalha nesse âmbito, um grande desafio aos docentes, que enfrentam uma grande quantidade de alunos em turmas extensas, alto numero de atividades a serem exercidas e baixo valor recebido por cada hora-aula. Não bastassem as excessivas atividades sob sua responsabilidade, o docente ainda tem que dominar as tecnologias que regem seu trabalho. É uma lista extensa que tende a tomar o já escasso tempo que o trabalhador possui para que este mantenha-se atualizado e

treinado para que possa exercer sua profissão da melhor forma possível. Muitos profissionais ainda acumulam mais trabalhos, uma vez que os baixos salários pagos não são suficientes para se configurarem como a sua principal fonte de renda.

Esse cenário de precarização do trabalho enfrentado pelo docente em EAD ocorre tanto em instituições de ensino privadas quanto nas públicas. Há universidades públicas brasileiras que estão utilizando desse artifício para executar cursos à distância com estratégias análogas às instituições privadas.

Essa realidade tende a proletarizar a função de docente à distância. Não há uma tendência de que as normas trabalhistas sejam atualizadas ou aperfeiçoadas para que se possa elaborar uma normatização específica para o trabalho do docente em EAD. Apesar disso, podem ser aplicadas as normas gerais vigentes concernentes às de relação de trabalho em domicílio.

Como consequência dessa precarização do trabalho docente no ensino à distância, tem-se a responsabilização do profissional por reprovações, problemas de saúde e o desinteresse do professor pela área. Somente com relação à saúde do docente, casos como lesões musculares e postura, problemas relacionados à visão são os mais comuns.

O conceito do trabalho como docente no EAD tem até a sua visão precarizada por algumas pessoas. Por ter salários baixos, o EAD acaba por ser considerado como “bico” para alguns professores. Muitos contratos são temporários e os rendimentos são pagos não como salário, mas como “bolsas”. Tal situação descaracteriza a relação trabalhista como sendo vínculo empregatício, desonerando as instituições de se responsabilizarem por direitos trabalhistas.

A oferta de trabalho para tutoria em EAD atrai muitos profissionais com promessas de vantagens trabalhistas muitas vezes errôneas, conforme aponta Mill (2006) ao afirmar que:

“a flexibilidade do espaço e do tempo de trabalho seduz muito por suas promessas (nem sempre verdadeiras) de liberdade, autonomia, maior qualidade de vida etc. Há que se tomar o cuidado com esse aspecto, pois, como veremos adiante, trata-se de um paradoxo: a flexibilidade espaço-temporal foi o aspecto mais mencionado como ponto positivo do trabalho na

educação a distância, mas é, também, o aspecto que mais estimula a precarização do trabalho ou, ao menos, está na base dos processos de precarização do teletrabalho.(p. 70)”

A garantia de direitos trabalhistas do profissional da docência no ensino à distância, para a legislação brasileira, deve estar caracterizada, primeiramente, na comprovação do vínculo empregatício. Esse vínculo é o que guiará as diretrizes do professor ou do tutor.

Para que se possa caracterizar o vínculo de emprego, deve-se, antes de tudo, ter a consciência do que vem a ser as relações envolvidas, que são a relação de trabalho e a relação de emprego. Essas duas relações estão intimamente interligadas, porém há uma diferença entre elas.

A relação de trabalho é mais abrangente, sendo definida como sendo

“(...) qualquer liame jurídico que tenha por objeto a prestação de serviço de um determinado sujeito, pessoa física ou jurídica, a um determinado destinatário. A categoria é ampla e abrange inúmeras espécies, tais como a empreitada, o locador de serviço, o artífice, o trabalho prestado por profissional liberal, o trabalho avulso, o serviço eventual e autônomo, o temporário, o representante comercial, o funcionário público e, também, o trabalho do empregado subordinado, dentre outros. (NETO, 1998, p. 61)”.

Já a relação de emprego está contida dentro das definições de relação de trabalho, ou seja, ela é um tipo de relação de trabalho. Para que seja caracterizada uma relação de emprego, é necessário que essa relação possua algumas características próprias. Essas características compreendem a existência de um contrato de trabalho, o vínculo de subordinação do empregado com o empregador, a continuidade do trabalho a ser executado e o pagamento de salário.

Como já foi explicitado, a garantia dos direitos aos profissionais que trabalham como docentes no EAD só é dada quando existe um vínculo empregatício entre o docente e a instituição de ensino.

Muitos dos problemas que desagradam a quem trabalha no ensino à

distância encontram-se na carga excessiva de trabalho pela qual passa o profissional de ensino. Essa sobrecarga é caracterizada pelo elevado número de atividades a serem realizadas, grande quantidade de alunos e o reduzido valor da hora-aula que é paga ao docente, sem falar da constante atualização tecnológica pela qual este deve ser constantemente submetido.

Não bastasse os problemas de ordem direta que afeta o trabalho do professor e do tutor no EAD, o docente ainda arca com as consequências dos problemas de ordem indireta, como problemas de saúde e stress.

A característica de natureza econômica rege a grande maioria das relações de trabalho no EAD, como justifica Silva (2013):

“de olho nessa considerável fatia do mercado, grandes grupos investem pesado na educação privada. Segundo dados do jornal Valor Econômico, dez instituições privadas de ensino superior encontravam-se, em 2005, entre as mil maiores empresas do Brasil. Segundo artigo da diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Clotilde Lemos, publicado na edição nº 56 da revista Debate Sindical, até o Banco Mundial (Bird) investiu numa universidade privada brasileira. O Grupo Anhanguera Educacional (Valinhos-SP) recebeu 12 milhões de dólares da Internacional Finance Corporation (braço financeiro do Bird) e, em março deste ano, lançou suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Ainda de acordo com o artigo, a Laureate Educacion Inc (segundo maior grupo educacional dos EUA) negocia a compra de mais cinco instituições no Brasil; o Whitney Internacional University System (Dallas - EUA) investiu 23 milhões na compra das Faculdades Jorge Amado, de Salvador; o Apollo Group, que atua com educação a distância na University of Phoenix, sonda o mercado brasileiro e estaria em negociação com a Estácio de Sá; tudo isso além de outras instituições que se enveredam por esse caminho da internacionalização e que as negociações ainda não foram divulgadas.”

Como são várias as discussões a respeito do trabalho docente no EAD, porém sem alguma que seja mais consolidada, predominam os discursos de natureza econômica. Esses discursos acabam por afetar os processos de organização do trabalho pedagógico relacionados ao ensino à distância, tais como

processos educativos ou assuntos relacionados às tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Existem, porém, algumas diretrizes específicas que tratam do ensino à distância. São normas que a Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação remeteu às instituições de ensino para que o trabalho no EAD tivesse, ao menos, algum amparo respaldado na legislação brasileira.

Essas instruções dizem respeito às especificidades relacionadas ao professor no ensino à distância. Segundo o órgão governamental,

“A instituição que oferece curso ou programas a distância, além dos professores especialistas nas disciplinas ofertadas e parceiros no coletivo do trabalho político-pedagógico do curso, deve contar com as parcerias de profissionais das diferentes TICs, conforme a proposta do curso e ainda:

- dispor de educadores capazes de:

- a) estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;

- b) selecionar e preparar todo o conteúdo curricular de articulado a procedimentos e atividades pedagógicas, inclusive interdisciplinares;

- c) identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;

- d) definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia etc., básicas e complementares;

- e) elaborar textos para programas a distância;

- f) apreciar avaliativamente o material didático antes e depois de ser impresso, vídeo gravado, áudio gravado, etc, indicando correções e aperfeiçoamentos;

- g) motivar, orientar, acompanhar e avaliar os alunos;

- h) auto avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de curso ou programa a distância;

- i) fornecer informações aos gestores e outros membros da equipe no sentido de aprimorar continuamente o processo;

- apresentar currículo e documentos necessários que comprovem a qualificação dos diretores, coordenadores, professores, tutores, comunicadores, pesquisadores e outros profissionais integrantes da equipe

multidisciplinar responsável pela concepção, tecnologia, produção, marketing, suporte tecnológico e avaliação decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem a distância;

- considerar, na carga horária de trabalho dos professores, o tempo necessário para atividades de planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um programa de educação a distância;
- indicar a política da instituição para capacitação e atualização permanente dos profissionais contratados;
- estabelecer uma proporção professor - alunos que garanta boas possibilidades de comunicação e acompanhamento”.

Barros (2007, p. 3276), deixa claro ao frisar que dentro da carga horária semanal determinada para o professor deverá constar que a produção de material didático, seja ele escrito ou audiovisual, deve constar como hora-atividade e ser remunerada como tal. Caso seja designada como uma atividade mais específica, a remuneração por essa atividade deve ser negociada com a instituição de ensino previamente. Há também a questão do direito autoral, já que o material foi produzido pelo esforço do professor, físico ou mental. Além disso, no caso de produção audiovisual, ocorre também o direito de uso da imagem.

Barros (2007) também reforça a necessidade de se discutir temas de relevada importância para o profissional docente no âmbito de seu trabalho no ensino à distância. São temas de interesse coletivo, e como tal devem ser discutidos durante as negociações, como a jornada e horários de trabalho, hora-atividade e direitos autorais.

A jornada de trabalho é uma dessas questões. Por ser o principal meio através do qual o empregador se baseia para pagar os salários dos profissionais, deve ser definida previamente no contrato de trabalho firmado, com suas especificações definidas de forma igualitária.

Na modalidade de ensino à distância, os horários de trabalho devem ser flexíveis. Dessa forma, o professor deve, da mesma forma da negociação da jornada de trabalho, discutir e predefinir datas e horários nas quais o professor deve marcar sua presença perante a instituição contratante.

Outro ponto importante frisado por Barros (2007) é a questão da hora-atividade, que vem a ser uma maneira em que a disponibilidade do professor pode ser favorecida. A hora-atividade é calculada a partir de um percentual a incidir sobre a carga horária do professor, pré-definida em seu contrato de trabalho. Deve ser especificada de forma a possuir um valor sensato. Dessa forma, o contrato de trabalho é fortalecido e os direitos dos professores são assegurados.

A questão dos direitos autorais possui amparo legal através da Lei Nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998 e deve ser acertada e definida antecipadamente pelo docente e pela instituição de ensino. Essa questão aborda não somente a utilização e exposição de materiais e obras produzidos pelo docente, o que caracteriza direitos sobre propriedade intelectual do docente, mas também o uso da imagem do mesmo, que não deve ser reproduzida ou utilizada, seja por alunos, seja pela instituição de ensino, sem que haja a prévia autorização do profissional que foi contratado.

O grande problema, porém, com relação à questão dos direitos autorais está no contrato de trabalho, que torna a instituição contratante como proprietária da obra produzida pelo docente que esteja a seu serviço.

Dessa forma, nesse caso, fica oficializada a omissão do Estado em relação à propriedade intelectual do professor. A indefinição da lei de direitos autorais exige que as definições contratuais acertadas tanto pelo autor da obra, quanto pela instituição que o contrata sejam vistas com cuidado, pois há margens para interpretações diversas. Segundo Bittar (2000),

“O contrato de trabalho por si é uma forma de cessão dos direitos autorais do empregado para o empregador, quando é esse o objeto do contrato. A criação intelectual é uma forma de atividade que gera um bem característico por ser criação de quem o produz e é incomparável com outros tipos de produção econômica, com as quais não se confunde, de modo que a obra intelectual, em princípios, não poderia mesmo ser equiparável às demais, comuns na generalidade das relações de emprego, industrial, comercial ou de serviços. (...) O salário pelo trabalho remunera a atividade do empregado, independentemente do seu resultado, pois não fosse assim o empregador estaria pagando duas vezes, pelo trabalho e pelo resultado do trabalho. Portanto, segundo esta interpretação, independentemente da

existência de previsão legal, há a cessão direta dos direitos patrimoniais do autor-empregado ao empregador, pois, para os defensores desse pensamento, o próprio contrato de trabalho gera este efeito de transmissão dos direitos patrimoniais do autor para o empregador, quando o objeto do contrato for a prestação de serviços para o fim de criação de obras intelectuais (p. 42).”

O próprio Bittar (2000) frisa que o direito autoral deve ser considerado de forma diferenciada e que “não poderia mesmo ser comparada às demais”. Caso haja um comum acordo, por escrito que regularize a cessão contratual dos direitos autorais, há uma possibilidade maior da negociação terminar de forma favorável ao autor. Dessa forma tem-se um desfecho mais justo em relação aos direitos autorais do que a mera e injusta cessão dos direitos ao empregador.

2.4. O TUTOR NO EAD

Segundo Sá (1998, p. 6), a profissão de tutor nasceu no decorrer do século XV dentro de ambientes acadêmicos e era utilizada como forma de orientação religiosa aos alunos. Tinha como finalidade a difusão e imposição de dogmas e normas de conduta moral. Muito tempo depois, em meados do século XX foi que o tutor passou a exercer a função de orientação e acompanhamento de alunos em cenários acadêmicos. Foi com essa lógica que essa profissão vinculou-se ao paradigma EAD.

A atividade profissional do tutor é motivo de discussões dentro do universo do ensino à distância. O tutor exerce atividades na área de docência e também na área administrativa, o que acaba por gerar dúvidas quanto ao seu real papel dentro da modalidade EAD.

Responsável pelo acompanhamento do aluno durante o período em que transcorre o curso, o tutor representa a ligação entre o aluno e a instituição de ensino. Executa tarefas docentes, tais como ministrar aulas, corrigir exercícios realizados pelos alunos, bem como as avaliações por estes prestados. Realiza até

mesmo as avaliações presenciais.

As discussões geradas a respeito de suas atividades estão baseadas na dúvida gerada se o tutor é um professor ou um profissional administrativo.

Ao ser feita uma análise da questão trabalhista, percebe-se que a profissão do professor possui características peculiares que o diferem do profissional da área administrativa. Sua carga horária é diferenciada, além de possuir benefícios e férias também de formas diferenciadas. Essas características são incompatíveis com um regime de trabalho que está sujeito a uma carga horária diária de oito horas por dia, a que estão submetidos os profissionais da área administrativa.

O tutor exerce, na realidade, uma dupla função. Suas atividades são iguais às de um professor. Ele, além de acompanhar os alunos e esclarecer suas dúvidas em relação ao conteúdo e fazer as orientações cabíveis e efetuar correções de provas, que são atividades inerentes à função de um professor, também atende aos alunos em questões administrativas, como em questões cadastrais e financeiras relacionadas à instituição de ensino.

O tutor no EAD necessita ter os conhecimentos necessários requeridos pela instituição de ensino. Esses conhecimentos não diferem dos que os professores possuem. É necessário entender o processo pedagógico de ensino-aprendizagem e atualizar seus conhecimentos. Isso demonstra que a função do tutor não é apenas orientação e acompanhamento do aluno. Alguns autores afirmam que, na realidade, o tutor é um professor.

O tutor é um profissional que atua de modo muito mais abrangente do que muitas pessoas tem em mente. Machado (2004) em suas considerações sobre a tutoria afirma que:

“A tutoria é o método mais utilizado para efetivar a interação pedagógica, e é de grande importância na avaliação do sistema de ensino a distância. Os tutores comunicam-se com seus alunos por meio de encontros programados durante o planejamento do curso. O contato com o aluno começa pelo conhecimento da estrutura do curso, e é preciso que seja realizado com frequência, de forma rápida e eficaz. A eficiência de suas orientações pode resolver o problema de evasão no decorrer do processo. Existem significativas diferenças entre o professor-autor e o professor-tutor,

embora ambos sejam profissionais virtuais. O professor-autor desenvolve o teor do curso, escreve e produz o conteúdo e atua na organização dos textos e na estruturação do material. É preciso que ele conheça as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de desenvolvimento para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho de texto e do conteúdo do curso, de forma a contemplar todas essas potencialidades (Maia, 2002). Após a conclusão do conteúdo pelo professor-autor, entra em ação o professor-tutor cujo papel é o de promover a interação e o relacionamento dos participantes. A tutoria é necessária para orientar, dirigir e supervisionar o ensino-aprendizagem. Ao estabelecer o contato com o aluno, o tutor complementa sua tarefa docente transmitida através do material didático, dos grupos de discussão, listas, correio-eletrônico, *chats* e de outros mecanismos de comunicação. Assim, torna-se possível traçar um perfil completo do aluno: por via do trabalho que ele desenvolve, do seu interesse pelo curso e da aplicação do conhecimento pós-curso. O apoio tutorial realiza, portanto, a intercomunicação dos elementos (professor-tutor-aluno) que intervêm no sistema e os reúne em uma função tríplice: orientação, docência e avaliação (p. 10).”

Como não há regulamentação nesse setor, uma vez que essa profissão é recente, o tutor no EAD, que realiza um trabalho de parceria com os alunos, acaba sofrendo com problemas trabalhistas que afetam suas condições de trabalho.

Essas condições de trabalho, bem como sua remuneração, que faltam ser regulamentadas são destacadas por Mill (2008):

“Exemplo desse quadro encontra-se no relato de uma professora da área da saúde que afirmou ter assumido três turmas (60 alunos por turma) de forma induzida, sendo remunerada no valor equivalente a uma hora/aula semanal para cada 60 alunos. A participante comentou que isso era insuficiente para atender a todas as demandas dos alunos e também que não encontra possibilidades de não aceitar esta tarefa. Uma professora universitária diz que, na instituição em que trabalha, os professores, tutores ou plantonistas são jogados nas disciplinas com muitos alunos. Argumenta que isso ocorre porque a preocupação pedagógica com a formação é mínima. Um coordenador de uma faculdade privada afirmou em seu relato que a maioria dos “pressupostos” de educação a distância insistem em transferir o modelo

presencial para educação a distância. Segundo ele, isso parece um pecado do ponto de vista trabalhista (p. 63)”.

Fazendo uma análise mais detalhada das condições de trabalho enfatizadas por Mil (2008), pode-se depreender que a função de tutor possui uma visão distorcida pelas pessoas. Passa-se a ideia de que não é algo tão sério do que a profissão de professor, que não se exige tanto tempo do profissional, que é menos cobrada devido ao fato de não requerer a presença de alunos em sala de aula. Essa imagem faz com que o trabalho pareça ser muito fácil, flexível e que possibilita mais autonomia do docente. Porém o que ocorre é o oposto.

Há uma grande sobrecarga de trabalho, pois em geral a quantidade de alunos é muito alta e o seu trabalho é mal remunerado. Há o excesso de controle do trabalho do tutor por parte da instituição de ensino, ao cobrar a execução do trabalho e a produção por ele realizada. Não bastassem todos esses problemas diretos enfrentados pelo tutor no decorrer de seu trabalho, ainda existem os indiretos, como a necessidade constante de se atualizar e de se familiarizar com as tecnologias educacionais que lhe são disponibilizadas para que este possa exercer a profissão de acordo com o determinado em seu contrato de trabalho.

Há ainda a defesa dos tutores que vem sendo realizada pelos sindicatos de professores, visto que o tutor, assim como o professor é um profissional do ensino, um docente. Nesse ponto de vista, pode-se dizer que é um docente com funções e jornadas ampliadas, uma vez que, além de realizar funções administrativas, ministra aulas, atende alunos para sanar suas dúvidas e corrige provas e atividades propostas no decorrer do curso. Como são atividades típicas de um professor, então fica-se entendido que ao tutor devem ser aplicadas as regulamentações legais garantidas aos professores.

3. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O imaginário popular se empolga com a simples menção da palavra tecnologia. Diante dos atuais avanços proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação, (TIC) cria-se a falsa noção de que a tecnologia vem a ser algo novo, sem que sejam notadas as mais antigas. Dessa forma, o fascínio gerado pelas TIC inculcado no senso comum acabou por gerar duas correntes de pensamento a seu respeito: o que idolatra e o que o demoniza.

Ocorre, porém, que deve ser levado em consideração que tecnologia, quando unida à educação, trabalhando em prol do conhecimento científico, vem a se tornar na verdade uma construção social, mediada pela figura do tutor.

O trabalho do tutor, assim como toda a base de sustentação de todo o EAD encontra-se nas TIC. Da própria definição de ensino à distância infere-se que é necessária a presença de algum artefato capaz de percorrer a distância que separa o docente do discente. Esse artefato será responsável pela validação de todo o processo que o EAD necessita para que seus objetivos pedagógicos sejam alcançados.

Seu uso tem como principal finalidade o desenvolvimento do aluno e a preparação para que suas relações, tanto sociais quanto no trabalho possam estar cada vez mais integradas. As TIC promovem a melhoria da criatividade e do senso crítico. Em virtude disso, é possível afirmar que agem como elemento modificador do intelecto, propiciando que o receptor tenha condições de encarar e resolver questões cotidianas em seu meio social.

A utilização das TIC pela sociedade como um todo gera determinados conhecimentos e discursos que acabam por gerar no senso comum um processo em que ao mesmo tempo estimula e critica a tecnologia, o que pode gerar obstáculos do ponto de vista pedagógico uma vez que, de modo geral, toma-se como verdade questões cotidianas como o bom e o mau uso da internet por parte dos jovens.

No âmbito educacional, o mau uso tecnológico é definido como um desvio de função em relação ao objetivo principal de seu uso, conforme apontam Cruz, Ramos, Boscaroli e Aleixo (2010):

“Em sala de aula, ainda não foi provado que o computador melhora o desempenho do aluno, sem contar que muitos especialistas enfatizam nas questões da falta de atenção e de que pode prejudicar a leitura do aluno, junta-se a isso a falta de preparo do professor ao lidar com toda essa tecnologia para ministrar a sua aula com qualidade e os softwares educacionais que são considerados ineficientes, pois apesar de possuir uma boa qualidade técnica, possui uma péssima qualidade pedagógica. Há também muitas escolas que disponibilizam horários para que os alunos utilizem os laboratórios de informática para fazerem as atividades extras passadas em aula, como por exemplo: deveres, pesquisas e trabalho. O grande problema é que geralmente os alunos usam esse horário para entrar em bate-papos, jogos ou até coisas impróprias ao invés de fazer o dever.

Na questão do uso do computador dentro de casa também há o problema da criança ou jovem deixar de fazer os deveres e trabalhos para ficar vagando na internet atrás de bate-papos, jogos e outras coisas do gênero. É notável que o computador leva o aluno à desconcentração e o estimula a omitir seus deveres, que conseqüentemente prejudicará seu estudo e seu desempenho escolar” (p.4).

Cruz, Ramos, Boscariol e Aleixo (2010) também enfatizam que a tecnologia age como um mau facilitador na hora de realizar os trabalhos escolares, remetendo à questão do plágio, a qual deixa os alunos extremamente atraídos pelo ato de “copiar e colar”, nem sempre de locais confiáveis, expondo o aluno a informações incorretas, demonstrando que “a internet facilita as coisas de uma maneira prejudicial ao aluno, fazendo com que ele não se esforce para conseguir realizar sua obrigação e de certa forma alienando seu pensamento” (p.4).

Uma forma que auxiliaria a tecnologia em favor do ensino, evitando o seu desperdício ocasionado pelo mau uso, seria a implementação de ambientes restritos e direcionados ao processo pedagógico específico no qual se pretende trabalhar. Dessa forma, tende-se a aumentar a inserção e a autonomia do aluno.

Peters (2001), justifica os ambientes de aprendizagem da seguinte forma:

"Os estudantes não devem ser objetos, mas, sim, sujeitos do processo de aprendizagem. Por isso devem ser criadas situações de ensino e aprendizagem nas quais eles mesmos possam organizar seu estudo

(princípio do estudo autônomo). O próprio estudo não é iniciado e dirigido por eventos expositivos e receptivos ritualizados, mas, sim, por meio de discussão e interação (princípio do estudo por meio de comunicação e interação)." (p. 179)

3.1. O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Para que se possa ter uma ideia mais correta do ponto de vista epistemológico sobre a conceituação de Ambiente Virtual de Aprendizagem, faz-se necessário uma análise detalhada sobre o que vem a ser “ambiente” e “virtual”.

Segundo a etimologia, por “ambiente” entende-se como sendo aquilo que está a nossa volta, sejam pessoas ou objetos, podendo ainda ser conceituado, conforme Santos (2003, p. 2), como um meio social que as envolve.

Entretanto, a conceituação de “virtual” sofreu alterações pelo senso comum, desde sua origem etimológica. Sua origem é latina, da palavra “virtus”, que significa potência, capacidade, excelência. Já para o senso comum, a palavra passou a significar algo que não existe, “algo fora da realidade, o que se opõe ao real” (Santos, 2003, p.2). Em termos tecnológicos, pode-se deduzir como sendo algo que pode não existir na realidade, porém é simulado através de ferramentas capazes de imitar o real.

A caracterização da estrutura de um AVA, a partir de um ponto de vista filosófico, é descrita por Lévy (1996) da seguinte forma:

Uma comunidade virtual pode, por exemplo, organizar-se sobre uma base de afinidade por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos. Seus membros estão reunidos pelos mesmos núcleos de interesses, pelos mesmos problemas: a geografia, contingente, não é mais nem um ponto de partidan nem uma coerção. Apesar de "não-presente", essa comunidade está repleta de paixões e de projetos, de conflitos e de amizades. Ela vivem sem lugar de referência estável: em toda parte onde se encontram seus membros móveis... ou em parte alguma. A virtualização reinventa uma

cultura nômade, não por uma volta ao paleolítico nem às antigas civilizações de pastores, mas fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se reconfiguram com um mínimo de inércia.

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam "não presentes", se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade de relógio e do calendário. É verdade que não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde. no entanto, a virtualização lhes fez tomar a tangente. Recortam o espaço-tempo clássico apenas aqui e ali, escapando a seus lugares comuns "realistas": ubiquidade, simultaneidade, distribuição irradiada ou massivamente paralela. A virtualização submete a narrativa clássica a uma prova rude: unidade de tempo sem unidade de lugar (graças às interações em tempo real por redes eletrônicas, às transmissões ao vivo, aos sistemas de telepresença), continuidade de ação apesar de uma duração descontínua (como na comunicação por secretária eletrônica ou por correio eletrônico). A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão a unidade de tempo. Mas, novamente, nem por isso o virtual é imaginário. Ele produz efeitos. (p. 9).

A partir da conceituação do que é “ambiente” e do que é “virtual”, pode-se inferir a melhor definição possível de um AVA, tanto do ponto de vista tecnológico quanto pedagógico.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) pode ser definido como sendo um local dotado de aparatos técnicos específicos, através dos quais são disponibilizados os recursos para que seja possível a aprendizagem através da realização de cursos à distância por intermédio de uma rede de comunicação. São através destes ambientes que são executadas e gerenciadas a grande maioria as etapas relacionadas ao ensino via rede, desde o cadastramento do aluno até a publicação dos resultados finais de seu rendimento. É dentro de um AVA que são propiciadas as condições de interação e cooperação entre docentes e discentes. Por reunir elementos em situações relacionadas ao ensino à distância, um AVA reúne características tanto de uma escola quanto de uma comunidade voltada ao aprendizado.

Um ambiente virtual de aprendizagem disponibiliza o acesso necessário à execução do processo de ensino e aprendizagem através de diferentes caminhos, desde os meios assíncronos (que não são em tempo real), como correio eletrônico, grupos de discussão, download e vídeo-aulas gravadas até os meios síncronos (que ocorrem em tempo real) tais como vídeo conferência, chat, áudio conferência e teleconferência, que é a transmissão e recepção simultânea de diversos tipos de mídia de dados, tais como arquivos de áudio, vídeo e textos.

Dentro de um AVA, os recursos midiáticos são manipulados de forma a garantir que seus objetivos sejam alcançados, ou seja, os dados deverão sair de suas origens, chegar a seus destinatários de forma correta e íntegra, bem como as respostas deverão chegar aos locais determinados de igual forma. Para isso, são necessários meios que propiciem essa manipulação. Esses meios são as plataformas com as quais os AVA's trabalham. Essas plataformas são complexos programas de computador desenvolvidos de forma a garantir a execução e dar o suporte necessário para o EAD.

3.2. SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE APRENDIZAGEM

Os Sistemas de Gerenciamento de Aprendizagem (SGA) tem como principal finalidade executar as funções exigidas por um AVA, tanto na parte administrativa, quanto na parte pedagógica. Formam salas de aula virtuais que disponibilizam aos seus integrantes, sejam eles docentes ou discentes, todos os recursos que garantam as interações existentes em uma sala de aula presencial. Além disso, disponibiliza ao corpo docente e administradores, a criação de cursos e gerenciamento de notas e frequências dos discentes com mais facilidade e rapidez do que em um ambiente presencial.

Por reunir muitas das características esperadas de um AVA, os SGA's são frequentemente confundidos como tal. Os AVA's, na sua forma conceitual, apenas é o "local virtual" no qual o aluno se insere para realizar seus estudos com os recursos disponíveis, enquanto que os SGA's são a plataforma informatizada que

propicia que esses recursos existam, tanto ao aluno quanto ao professor e ao administrador da instituição.

Segundo Haguenuer et al (2009), especifica quais são as diferenças entre AVA e SGA da seguinte forma:

Enquanto que nos AVA, as características associadas ao conteúdo, como linguagem, interatividade, navegação, arquitetura da informação e design gráfico influem mais na percepção do usuário, nos SGA, por sua vez, a atenção está mais voltada para a seleção e configuração das ferramentas a serem utilizadas em um determinado curso ou disciplina. (...) Uma vez realizadas as configurações, selecionadas as estratégias de comunicação e de aprendizagem, informadas e declaradas essas estratégias aos participantes, preenchidas as ferramentas com conteúdos pré-definidos e ativado o “curso”, pode-se afirmar que o conjunto forma um AVA. (p. 19)

Dentre os vários SGA's existentes, pode-se citar seis que se destacam no paradigma EAD, segundo informações do Projeto Formação de professores para a docência online da Universidade Federal da Bahia (UFBA): AulaNet, TelEdu, WebCT, Blackboard, e-ProInfo, e o Moodle.

3.2.1. AULANET

O AulaNet é um sistema que foi desenvolvido em 1997 no Departamento de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Através dele, a criação de cursos para o EAD foi melhorada e contou com uma maior interação entre seus membros, bem como uma clara divisão entre as funções desempenhadas por cada um dentro do sistema. Enquanto aos professores cabia a tarefa de criar e preparar o conteúdo pedagógico do curso, o administrador se empenhava em matricular e gerenciar o funcionamento do sistema de forma contínua.

Muitos materiais didáticos serviam como referência em períodos letivos futuros, por isso, havia uma grande preocupação em desenvolver conteúdos de boa qualidade, com o devido apoio da instituição responsável, evitando improvisações.

Por ser somente uma ferramenta dentro do AVA, o AulaNet não pode garantir, por si só, a qualidade do ensino ofertado.

3.2.2. TELEDUC

Desenvolvido pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) da Universidade de Campinas (UNICAMP), o Teleduc disponibiliza a realização de cursos à distância utilizando a internet. De acordo com Rocha (2002 p. 1), seu principal objetivo quando foi implementado era o “processo de formação de professores na área de Informática na Educação, baseado na metodologia de formação contextualizada desenvolvida por pesquisadores do NIED da UNICAMP”.

O Projeto Formação de professores para a docência online da UFBA aponta os três principais conjuntos de funcionalidades disponibilizadas pelo Teleduc (Rocha, 2002): as ferramentas de coordenação, responsável pela organização do curso e por prestar o devido apoio ao aluno, bem como pelo fornecimento do material didático; as ferramentas de administração, que fornece apoio à parte de suporte e de gerenciamento do curso, não sendo acessível ao corpo discente; ferramentas de comunicação, responsável pela interação entre os membros envolvidos no curso. Acessível apenas a quem fizer parte do curso. Composto por salas de bate-papo, correio eletrônico e grupos de discussão e mural de recados.

3.2.3. WEBCT

O *Webct* foi desenvolvido pela *British Columbia University* do Canadá e

é utilizado em universidades de diversos países. Pelo Webct, são criados, executados e administrados cursos através da internet, atendendo principalmente as necessidades acadêmicas. Professores podem disponibilizar material didático sem a necessidade de possuir conhecimentos técnicos em linguagem para internet (Dias e Cassani, 2003, p. 3). Atualmente o *Webct* foi adquirido pela *Blackboard*, que produz outro SGA.

3.2.4. BLACKBOARD

O *Blackboard*, software proprietário desenvolvido pela Blackboard Inc, consiste em um SGA “desenvolvido para atender às necessidades das instituições de ensino, de professores e de alunos, propiciando maior autonomia no desenvolvimento, gerenciamento e oferecimento de conteúdos on-line” (Universidade Anhembi, p. 2). É muito utilizado no Brasil por instituições de ensino superior privadas.

No Blackboard, o professor é quem fica responsável por gerenciar o curso, bem como os materiais didáticos e os conteúdos midiáticos disponibilizados aos alunos, tais como, vídeo-aulas, documentos de texto, áudio, e demais arquivos de conteúdos pedagógicos, além de canais de comunicação com o aluno, propiciando maior interação aluno-professor.

3.2.5. E-PROINFO

O Ministério da Educação (MEC) desenvolveu seu próprio sistema, denominado e-Proinfo. Concebido para disponibilizar e gerenciar informações educacionais via internet, o e-Proinfo.

De acordo com o MEC,

“O Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (e-Proinfo) é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem”

Por ser um software de licença pública, o e-Proinfo segue normas específicas para esse fim. Disponibilizado pelo Portal do Software Público Brasileiro, o e-Proinfo ainda permite a adesão de quem desejar colaborar com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do mesmo.

3.2.6. MOODLE

O Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning) consiste em um SGA que não se aplica apenas em gerenciar cursos à distância. É um sistema que cria verdadeiras comunidades virtuais voltadas ao âmbito educacional integradas via rede mundial de computadores conforme informa o Centro de Educação à Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEAD-UFJF). Por ser um programa de código aberto, ele pode ser modificado e distribuído de acordo com as necessidades específicas da instituição de ensino envolvida.

O Moodle foi desenvolvido sob a perspectiva da corrente filosófica do social construtivismo (Legoinha & Fernandes, 2008, p. 2), na qual o conhecimento é gerado e compartilhado pela pessoa (Duarte & Gomes, 2011, p. 5). Isso pode ser comprovado através dos inúmeros recursos disponibilizados pelo Moodle, como interatividade entre aluno e professor e entre alunos. Materiais didáticos e diversos outros recursos midiáticos inserem o aluno no centro dos objetivos deste sistema.

Devido aos mecanismos didático-pedagógicos possibilitados pelo uso do Moodle, o mesmo não é utilizado apenas no EAD, mas também no ensino presencial, devido à interação entre os envolvidos e à facilidade de criação e gerenciamento de cursos. Atualmente, mais de três mil instituições de ensino

utilizam o Moodle apenas na modalidade EAD.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da trajetória percorrida pela educação desde os primórdios da humanidade, foi que as tecnologias sempre estiveram presentes no intuito de auxiliar e melhorar o processo pedagógico de ensino e aprendizagem. A ciência sempre buscou o caminho do desenvolvimento tecnológico para aperfeiçoar a forma como são executadas as formas de se ensinar.

Devido às várias tentativas históricas de se levar o conhecimento às pessoas, independentemente de estarem próximas ou distantes, há uma maior distribuição do acesso à educação. Com isso, o conhecimento, tanto teórico quanto prático foi democratizado.

As contribuições de programas estrangeiros a respeito do ensino à distância foram fundamentais para impulsionar sua implantação no território brasileiro. Dessa forma, a sua filosofia mostrou-se extremamente adequada às características continentais da nação brasileira, nas quais a infraestrutura básica para a criação de escolas de ensino presencial torna-se inviável.

Desde a sua implantação oficial, com a Rádio Sociedade, na década de 1920, foi observado o desenvolvimento e a expansão do ensino à distância no Brasil, inicialmente a partir de instituições particulares e com oferta basicamente de cursos profissionalizantes, gerando um grande apelo popular.

Hoje, tem-se uma estrutura de EAD de grandes proporções, não apenas por instituições privadas, mas também por instituições públicas, que instituíram diversos programas educacionais que estimularam a expansão e a disponibilização do EAD a, praticamente, todas as regiões do país.

O crescimento dessa modalidade de ensino, entretanto, não ocorreu de forma ordenada, não existindo uma política trabalhista padronizada, nem legislação específica quanto à forma de organização institucional das instituições de ensino à

distância. Isso acabou se refletindo na situação do corpo docente, que acabou por ter suas condições de trabalho precarizadas, sem uma organização classista específica de sua categoria. Dessa forma, nota-se que professores e tutores que trabalham com o EAD ficam sujeitos à legislação de outras categorias, como a dos docentes do ensino presencial, cujos objetivos e as condições de trabalho são diferentes dos profissionais do ensino não presencial.

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) estão diretamente ligadas à modalidade EAD, pois, seja por correspondência, seja via internet, são elas as grandes responsáveis pelo “transporte” do conhecimento do tutor até o aluno, e vice-versa.

Muito embora a atividade do tutor não esteja restrita às TIC, elas são um dos fatores que a fundamentam, o que envolve habilidade e capacidade de decisão para resolver problemas. Em virtude disso, faz-se mister que haja maior investimento na formação específica para o corpo docente de modalidade EAD.

O amplo e promissor campo do ensino à distância poderá se tornar o principal meio pedagógico no futuro. Dessa forma, as contribuições e pesquisas poderão colaborar com seu constante desenvolvimento. O aperfeiçoamento da legislação referente à categoria docente viria a corroborar com as ideias e políticas de avanço desse campo educacional. Com isso os potenciais humanos estarão ainda mais próximos de serem colocados em prática e ampliados.

As tecnologias de informação e comunicação possuem um papel fundamental para a política educacional no Brasil. As TIC não podem ser desprezadas quando se trata de aplicação no âmbito educacional. O processo de inclusão social deve levar em conta a qualidade da educação, sobretudo no Brasil. Em virtude disso, deve-se observar como esta é utilizada.

Dessa forma, a aplicação das TIC não deve ser vista apenas como uma mera ferramenta para com a qual conteúdos são repassados aos alunos, ou como forma de apresentação de trabalhos escolares. As TIC devem ser considerados como importantes recursos pedagógicos a serviço do ensino, contribuindo para uma formação mais universal, uma vez que permite uma maior interação entre alunos e professores de diversas instituições de ensino a nível mundial.

O uso incorreto das TIC, por outro lado, pode levar a uma degradação da qualidade de ensino, ao fomentar o plágio e pôr em risco a qualidade do que foi ensinado, uma vez que o aluno pode obter acesso a informações errôneas e sem qualquer fundamentação científica, o que pode levar o aluno a uma má formação tanto escolar, quanto acadêmica.

A correta utilização das TIC deve levar em consideração o objetivo a ser alcançado, procurando a melhor forma possível de fazê-lo. Devido à preocupação em evitar a mera transmissão bancária do conhecimento, foi que se buscou a criação dos ambientes virtuais de aprendizagem, com seus respectivos sistemas que tornaram realidade esses ambientes. Dessa forma, a interação docente-discente melhorou, o conhecimento pôde ser criado ao invés de repassado.

O EAD tem obtido cada vez mais matrículas de alunos. Segundo dados da Agência Brasil, em 2013, apesar do EAD representar cerca de apenas 15% das matrículas, esse número cresceu cerca de 12% enquanto o do ensino presencial cresceu cerca de 3%.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. **A história da EAD no Brasil. 2º Capítulo do livro: Educação a Distância o Estado da Arte.** LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009.

ARETIO, L. G. **Educación a distancia hoy. Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994.** In: GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos.** Curitiba: Ibpex, 2009.

ARY, E. **A breve história da EAD no Brasil: do Instituto Universal Brasileiro à Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em: <http://edsonary.blogspot.com.br/search?updated-min=2007-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2007-06-04T05:32:00-07:00&max-results=50&start=19&by-date=false> , 4 jun. 2007. Acesso em: 06 out. 2013.

BARROS, V. A. **O trabalho do docente virtual: análise jurídica das condições de trabalho decorrentes do sistema de educação a distância.** Manaus: Anais do Conpedi, 2007.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância.** Campinas, SP.: Autores Associados, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação à Distância. **Referenciais de qualidade para cursos a distância.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2013.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm. Acesso em 28 de outubro de 2013.

CRUZ, M. V. M; RAMOS, M. E; BOSCARIOL, M. S; ALEIXO, R. P. **Informática e Educação – Pontos Negativos.** Universidade de São Paulo, Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação. São Paulo. 2010. Disponível em <http://wiki.icmc.usp.br/images/4/43/Inform%C3%A1tica_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_%E2%80%93_Pontos_Negativos.pdf> Acessado em 23/01/2014.

DIAS, D. C; CASSANI, S. H. B. **EDUCAÇÃO SEM DISTÂNCIAS: utilização do**

WebCT como ferramenta de apoio para o ensino da Terapia Intravenosa na Graduação em Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília. 2003.

DUARTE, J. A. M; GOMES, M. J. **Práticas com a Moodle em Portugal.** Universidade do Minho. 2011.

FARIA, A.A.; VECHIA, A. **O Instituto Universal Brasileiro e a Gênese da Educação a Distância no Brasil.** Curitiba. Universidade Tututi do Paraná, 2011.

FARIA, A. A.; SALVADORI, A. **A Educação A Distância E Seu Movimento Histórico No Brasil.** Curitiba. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 8, n. 1, janeiro/junho 2010

GOMES, S.G. **Tópicos em EAD no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos.** Curitiba: Ibpex, 2009.

KENSKI, V. M. **Educação E Tecnologias - O Novo Ritmo Da Informação.** São Paulo: Papirus, 2013.

LEGOINHA, P. FERNANDES, J. **Moodle Sobre Moodle – Caso De Estudo Sobre Um Curso Breve, A Distância, Com Tutoria Online.** Universidade Nova de Lisboa, 2008.

LÉVY, P. O Que é Virtual? Rio: Editora 34. 1996.

MACHADO, L. D. **O papel da Tutoria em Ambientes de educação a distância.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004.

MILL, D R. **Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia.** Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), Belo Horizonte, 2006.

MILL, D. R. **Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas.** Revista extra-classe. N1, v1, Fevereiro, 2008.

NEVES, I. V. S.. **Condições de trabalho do docente na rede privada na educação a distância em nível superior.** UFMG: Belo Horizonte. 2009.

NEVES, V. S. I.; FIDALGO F. S. **Docente Virtual na Educação à Distância: Condições de Trabalho na Rede Privada De Ensino**. CEFET-MG, Belo Horizonte, 2006.

NISKIER, A. **Educação à distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 1999.

MOORE, M; KEARSLE Y, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. Tradução Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NUNES, I. B. **A história da EAD no mundo. 1 Capítulo do livro: Educação a distância o estado da arte**. LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009.

LIMA, M. G. S. **Educação a Distância: Conceito e Historicidade**. Belém, ano 4, nº 1, p. 61-77, set, 2003.

LITTO F. M. e FORMIGA, M. **Educação a distância o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education, 2009.

NETO, J. A. D. **Contrato individual de trabalho: uma visão estrutural**. São Paulo: 1998.

OLIVEIRA, W. A. **As Imagens Que Ensinam: O Telecurso 2º Grau Da Fundação Roberto Marinho**. Londrina: UEL, 2011.

OTONDO T. M. **Televisão Pública na América Latina: Para Quê e Para Quem?** São Paulo. USP. 2008.

PEREIRA, M. H. D. N. **Educação A Distância Via Internet : Funções Competências da Tutoria**. São Paulo. 2012.

PETERS, O. **Didática do Ensino a Distância**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2001.

PIMENTEL, F. P. **O Rádio Educativo No Brasil. Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro. UFRJ. 1999.

Projeto Formação de professores para a docência online da Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Oficinaonline: Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Disponível em < <http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=18148&chapterid=12008> > Acesso em 20/01/2014.

SÁ, I. **Educação a Distância: Processo Contínuo de Inclusão Social**. Fortaleza, C.E.C., 1998.

SARAIVA, Terezinha. **Educação a Distância no Brasil: Lições da História. Em Aberto**, ano 16, n. 70, p.18. Brasília. 1996.

SILVA, A de P. **O panorama da EAD atual, a legislação brasileira vigente e a globalização**. Disponível em:

<

<http://www.sinprominas.org.br/conteudos/detalhes.aspx?IdCanal=119&IdMateria=70>

>. Acesso em 21 de outubro de 2013.

UNIVERSIDADE ANHEMBI. Manual do Professor. Disponível em <
http://www.anhembi.br/manual_blackboard/manual_professor.pdf >. Acesso em 25/01/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Conheça o Moodle**. Disponível em <

[http://www.cead.ufjf.br/index.php?option=com_content&view=article&id=238&Itemid=](http://www.cead.ufjf.br/index.php?option=com_content&view=article&id=238&Itemid=65)

65 > Acesso em 25/01/2014.